



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: JAIR TATTO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 24/11/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Bom dia a todos e a todas.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 27ª Audiência Pública semipresencial desta comissão em 2022.

Esta audiência tem como tema o PL 579/2022, do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes, que encaminha Projeto de Lei Orçamentária que estima receita e fixa despesas do Município de São Paulo para o exercício de 2023. Esta é a 9ª reunião temática com a Secretaria Municipal de Cultura.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online](http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online), também pelo You Tube, Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite para esta audiência está sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 20/10/2022, e foi publicado no jornal *O Estado de São Paulo* nos dias 21/10/2022, 5 e 18/11/2022, e na *Folha de São Paulo* nos dias 22/10/2022 e 7 e 21/11/2022.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 24/10/2022 no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual](http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual).

Todas as informações referentes ao Orçamento 2023 encontram-se no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2023](http://www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2023).

As demandas ao Orçamento 2023 podem ser entregues junto à secretaria da Comissão ou participe com sua proposta por escrito nos formulários disponíveis em [www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2023/audiencias-publicas](http://www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2023/audiencias-publicas), ou pelo *e-mail* [financas@saopaulo.sp.leg.br](mailto:financas@saopaulo.sp.leg.br).

Foram convidados para esta audiência a Secretária Municipal de Cultura, Aline Torres, que será representada pelo chefe de gabinete, Sr. Danillo Nunes da Silva. Danillo se faz presente. Por favor, componha a Mesa. Também a caminho, ou já se faz presente, a Diretora do Spcine, Lyara de Oliveira. Lyara, bom dia. Por favor, componha a Mesa conosco.

Aproveito para anunciar as próximas audiências do Orçamento: amanhã, 25, sexta-feira, Assistência Social.

Há uma dúvida, quero publicamente colocar que, primeiramente, ficou prejudicada ontem a audiência pública junto à Secretaria das Subprefeituras e Siurb, por causa, digamos, de uma pane geral no sistema na Casa. Não prejudica porque nós já estamos na 9ª audiência, regimentalmente, são exigidas duas audiências públicas de todo projeto. Estamos verificando a possibilidade de recuperar até onde conseguimos gravar.

Essa de amanhã que eu acabo de anunciar, ocorre que por ocasião do que houve com o sistema, inclusive a falta de energia da Casa, o Presidente convocou sessões extraordinárias para as 10h, e segundo o Regimento, enquanto há sessões ordinárias ou extraordinárias não pode haver outras atividades na Casa.

Então há uma proposta de encaminhamento que também, assim como a Cultura, a Assistência, pela demanda extraordinária que houve – isso é muito bom -, de público, de participação, nós também faríamos a segunda com o tema da Assistência Social. De qualquer forma, fica encaminhada uma reunião de trabalho e uma possibilidade, também, se o Presidente abrir e suspender, de a gente fazer em forma de audiência. Mas a princípio fica, então, publicamente comunicado que às 10h de amanhã estaremos aqui, seja em audiência, seja numa reunião de trabalho para dar sequência à primeira. Acho que não haverá prejuízo no debate.

Depois a última, na terça-feira, que é a segunda geral, das 10h às 12h, com a Secretaria Municipal da Fazenda e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Agradeço de antemão ao Danillo. Danillo, eu abro a palavra. Você tem também, além da Lyara, acho que você trouxe algumas técnicas representantes.

**O SR. DANILLO NUNES DA SILVA** – Sim, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Hoje não há necessidade da exposição, foi feita tanto do Spcine, como da Fundação Theatro Municipal, como da Secretaria na primeira, que já estão no *site* da Câmara. Então passo imediatamente a palavra ao Danillo. O Danillo já aproveita e apresenta as nobres colegas profissionais.

**O SR. DANILLO NUNES DA SILVA** – Com certeza, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Enquanto isso eu vou me organizando nas inscrições a partir da última da primeira que fizemos, conforme o combinado.

Tem a palavra, Danillo.

**O SR. DANILLO NUNES DA SILVA** – Eu cumprimento toda a população, a Comissão e a secretaria da Comissão de Finanças, me declaro honrado por estar na Casa do Povo e poder falar ao povo, e informo que tenho o privilégio de estar escudeirado pela Karine Stephanie, Chefe de Assessoria Técnica, e pela Fernanda Pardine, outra protagonista da Secretaria de Cultura. Estou à disposição para tentar responder e prestar informações para a população.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Com o critério, a Lyara... Desculpe, Lyara, estou tentando me organizar. Tem a palavra a Lyara, representando a Spcine.

**A SRA. LYARA DE OLIVEIRA** – Bom dia, todas, todos e todes.

Eu sou Lyara Oliveira, Diretora de Inovação em Políticas do Audiovisual da Spcine. Estive com vocês na primeira audiência, hoje sigo acompanhada de Camila Coelho, nossa Coordenadora Financeira Administrativa da Spcine. Enfim, estou disponível para responder aos questionamentos que sejam direcionados à Spcine e à política de audiovisual da Secretaria de Cultura.

Bom dia de trabalho para todos nós.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Lyara.

Já consultando vocês, na última, nós conseguimos terminar com as inscrições *on-line*, e ficaram prejudicadas várias inscrições, do número 10 ao número 32, ou seja, 22 inscritos. Então, por justiça, hoje eu faço todas as 22 inscrições presenciais, depois eu entro com as inscrições *on-line* e com o revezamento das inscrições feitas no dia. Mais ou menos foi esse o encaminhamento dado na última.

Primeiro inscrito, João Paulo Caetano, presencial, três minutos.

Ah, sim, já na fala do João Paulo... Na verdade, eu fecharia inscrições na fala do

Danillo e da Lyara. Então, na fala do João Paulo, eu encerro as inscrições.

Tem a palavra, João.

**O SR. JOÃO PAULO CAETANO** – Minha fala vem no sentido de reforçar a última fala que foi feita na audiência passada, da Lúcia Machado, acerca do Programa Vocacional, que é um programa de formação artística, o único na América Latina.

É um programa enorme que atende 16 bibliotecas, 19 casas de cultura, 11 centros culturais, 6 teatros e 46 CEUs. Esse programa vem sendo estrangulado desde 2017, quando houve um corte de 50% dos contratados e, portanto, de 50% do atendimento do mesmo. Ao mesmo tempo, na última audiência a gente pôde perceber, nas falas da Secretaria de Cultura, que o Programa é um programa de visibilidade, de propaganda até, da gestão da Secretaria de Cultura, e vem sofrendo esse estrangulamento.

O Programa contratava 230 artistas, hoje contrata 127, no próximo edital, vai contratar só 97. A complementação que estamos pedindo é justamente para que voltemos a ter pelo menos essa quantidade de contratados de 130, para não perdermos mais do já perdemos desde 2017 até agora. Portanto, o pedido de um milhão a mais nessa rubrica do Orçamento do próximo ano é justamente para que esse Programa não seja sucateado. Um programa que formou tantos artistas, alguns hoje estão aqui, artistas que participam fortemente da cena cultural da Cidade, vem sendo hoje sucateado, estrangulado por esse não reajuste na rubrica e até por cortes que aconteceram em outras gestões.

É isso. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, João Paulo.

Michel Galiotto.

**O SR. MICHEL GALIOTTO** – Bom dia a todas, todos e todes. Bom dia, Presidente, Danillo, em nome da Secretaria de Cultura. Não sei quem está com a relatoria no momento...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Me permite? Bem lembrado. O Vereador Dr. Sidney Cruz me ligou, ele está numa reunião com o Prefeito. Tem estado em todas as audiências, rigorosamente, o tempo todo, e está a caminho. Nobre Vereador Dr. Sidney Cruz é o Relator do

Orçamento para 2023.

**O SR. MICHEL GALIOTTO** – Pois não. E já deixo registrado também um salve para o Relator, Dr. Sidney.

Também aqui estou fazendo as falas da última fala da semana passada, da Lúcia Machado, e essa fala anterior, do João, que é sobre o Programa Vocacional. O Programa Vocacional é um programa que vem transformando, ao longo de 21 anos, a vida de várias pessoas acima dos 14 anos até o infinito, vai até todas as idades. É um programa que vem transformando a vida de pessoas, principalmente nas periferias, nos CEUs, nas casas de cultura, principalmente nas bordas da cidade. E com 21 anos de Programa, muitas e muitas milhares de vidas foram transformadas. Hoje, várias pessoas, ao passar pelo Vocacional, se transformaram, mudaram seus horizontes de vida, se tornaram artistas, técnicos, produtores culturais, ou não entraram para o setor artístico, mas tiveram novas perspectivas de vida abertas a partir dessa formação em cidadania cultural.

Em 2017, como o João disse, o Programa foi reduzido pela metade e, de 2018 em diante, começou a ser recuperado, mas em doses homeopáticas e até hoje a gente está um pouquinho mais que a metade. O problema é que para o ano que vem é o primeiro ano dessas pequenas recuperações, no ano que vem vai diminuir, vai diminuir um pouco o Programa, e a gente quer trazer para os moldes que tínhamos.

Falando aqui para o Danillo, teve um reajuste na rubrica, mas esse reajuste está dando conta de outras necessidades do Programa. Agradecemos por esse ajuste no Programa Vocacional, só que esse reajuste não deu... Com esse reajuste cobrindo outras despesas do Programa, por fim vai ter redução de contratação. Então a gente pede aqui por atenção e carinho, tanto para a Câmara, como para o Executivo, de fazer uma mexidinha no Orçamento, ver onde que dá e tal, fazer “deixa que digam, que pensem, que falem”, trazer um pouco mais para o Programa Vocacional, que a gente precisa.

A gente não queria estar lutando para recuperar os números desse ano. A gente queria estar lutando para aumentar, então, se der para empatar com as contratações do ano

passado, *okay*; não pode é reduzir. Mas a gente quer inclusive conversar para que, ao longo dos anos, recupere os moldes que já tivemos até 2016. Os 400 mil de aumento da rubrica estão causando redução de contratações, então a gente está pedindo não que seja mais um milhão, um adicional, e a gente pede para que veja isso e...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Aumentou, mas não aumentou, não é isso?

**O SR. MICHEL GALIOTTO** – Aumentou, mas cobriu outras despesas, reduziu contratação.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Correto. Obrigado, Michel.

**O SR. MICHEL GALIOTTO** – Obrigado. Valeu. Um abraço. Boa audiência.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Gustavo Xavier. (Pausa) Não está, o Gustavo? (Pausa) Não, presencial, completando a lista. Então o 13º inscrito é o Alessandro Azevedo.

**O SR. ALESSANDRO AZEVEDO** – Bom dia a todas, todos. Quero saudar a Mesa, todos as vereadoras e vereadores desta Casa, a presença da Secretaria, todas as trabalhadoras e trabalhadores presentes, que lutam por esse orçamento.

Faço parte dos movimentos culturais da cidade de São Paulo, sou do Coletivo Cultura Viva e Cidadania e sou Secretário Municipal de Cultura do Partido dos Trabalhadores.

Saudar todos os progressistas que elegeram Luiz Inácio Lula da Silva e que são a favor da democracia e contra a volta da ditadura militar. Salve.

Repetir o nosso mantra dos movimentos culturais da cidade de São Paulo, que lutam por 3% para a cultura, metade deste valor para as culturas periféricas. Pela implementação do Sistema Municipal de Cultura; é necessário para se fazer política pública de verdade na Cidade. A volta, quer dizer, a implementação do Conselho Municipal de Cultura, e que ele seja deliberativo. A gente teve isso na última audiência, esse comprometimento da Secretária. Espero que se cumpra isso.

A realização da IV Conferência Municipal de Cultura – este é um lema nosso, é consensual, são pontos consensuais entre os movimentos culturais da cidade de São Paulo.

E agora fazer a defesa do fomento ao circo. Nós precisamos, no fomento ao circo,

de 10 milhões. Encaminharam, neste ano, um valor de seis milhões; é insuficiente para a demanda do circo. Um milhão e meio para o Centro de Memória do Circo; é necessário, eles têm míseros 600 mil reais por ano para fazer tudo, então é necessário. Um milhão e meio para o Festival Internacional de Circo, que é o FIC; é necessário que se faça.

Doze milhões para o mapeamento da cultura na cidade de São Paulo. Só se faz política pública de verdade quando se tem um mapeamento e se sabe qual é a demanda. Aí, sim, a gente começa a fazer política pública na cidade de São Paulo.

Quinze milhões para os pontos de cultura. A Secretaria encaminhou para cá a peça orçamentária com valor zero. Isso é muito ruim, é um desmonte dessa política que chega nas pontas.

Seis milhões para a cultura tradicional e popular. Não tem absolutamente para essas culturas, e é necessário.

Cinco milhões para o grafite. Existe a construção de um projeto de lei nesta Casa que prima pelo grafite na cidade de São Paulo. Infelizmente, o pessoal do grafite não está aqui hoje, mas eles me passaram essa demanda e a gente está construindo um projeto de lei que em breve vai circular nas comissões, para aprovar projeto de grafite na cidade de São Paulo. É necessário, arte urbana.

Feitas essas demandas, eu gostaria de pedir à Secretaria e faço um apelo para que haja uma maturidade por parte dos Poderes, o Executivo e o Legislativo, para que o que a gente aprove nesta Casa seja cumprido pelo Executivo. Porque a gente está cansado... Cansado não, a gente não se cansa, a gente é resistência, a gente está sempre presente nessas lutas, mas a gente vem aqui, aprova junto com a Casa um orçamento que é o que a gente espera, e aí o Executivo não cumpre. Então eu gostaria que em 2023 a gente conseguisse minimamente executar aquilo que é aprovado nesta Casa.

Agradeço. Depois, Jair, eu gostaria de entender, da Secretaria, se eles conseguirem me explicar, o porquê do não cumprimento da Peça Orçamentária. Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Okay. Muito bem. Anuncio o Leonardo Serrano,



que acompanha, via *online*, pela Secretaria da Fazenda do Município.

Também registro a presença da Dareska Vicente e Ismael da Silva, nossos intérpretes de Libras.

Tem a palavra a Sra. Melina Sanches. (Pausa) Seguindo, tem a palavra o Sr. Daniel Reinaldo Cornejo.

**O SR. DANIEL REINALDO CORNEJO** – Bom dia a todas, todos e todes.

Prezado Presidente Tatto, prezado Relator Vereador Dr. Sidney Cruz, que está sendo representado por alguém, não sei se chegou. Prezado Danilo e demais Vereadores desta Casa.

Nós, do Coletivo de Professores das Escolas de Dança e de Música, da cidade de São Paulo, desejamos manifestar a nossa preocupação com a condução do projeto das escolas de música e dança do Município.

Pensamos em falar sobre a história dos mais de 50 anos da escola de música e mais de 80 anos da escola de dança. Falar dos mais de mil alunos que se beneficiam desse trabalho, também sobre a importância dessas escolas no mercado de trabalho da música de concerto, da ópera e da dança. São escolas referência no nosso país e na América Latina.

Cerca de 1/3 dos atuais integrantes da Orquestra Sinfônica Municipal, da Osesp, do Balé da Cidade, dos Corais Lírico e Paulistano, são ex-alunos dessas escolas. O Maestro Roberto Minczuk, atual diretor da Orquestra Sinfônica Municipal, é ex-aluno.

Isso sem contar com aqueles que estão espalhados por outros estados do país e pelo mundo afora, nas Américas e na Europa. Minha filha vive e trabalha na Europa graças a essas escolas.

Falar sobre o fato de estarmos, desde a criação da Fundação do Theatro Municipal, em 2012, sem correção nos nossos salários. Fato esse que, neste ano, completa 10 anos, o que já acarreta uma desvalorização de mais de 50%.

Falar sobre a nossa batalha inglória sobre essa demanda que vem, desde 2018, atravessando inúmeras gestões na Secretaria de Cultura e da Fundação Theatro Municipal. A cada mudança volta à estaca zero.

Há a questão do prédio anexo que ainda não foi entregue, desde 2012, os megaeventos ao lado das escolas, com som nas alturas que nos obrigam a cancelar nossas aulas, assim como o ar condicionado que não funciona, num ambiente sem ventilação em plena pandemia do coronavírus.

Ontem, em um grupo de professores, a maravilhosa cantora lírica e professora Luisa Francesconi, comunicou que estava se retirando da escola, uma das razões que contribuiu para essa decisão, dentre outras, é a questão salarial.

Neste momento, outra artista solista da Osesp, também professora da escola, que preferiu permanecer anônima, se manifestou. É isso que eu gostaria de ler para vocês para exemplificar a situação a qual vivemos a tempos:

“Oi, Daniel, bom dia. Já que perguntou para a Luisa, faço aqui um desabafo também. Estou repensando muito sobre ficar ou não na escola, o salário é sim um fator que pesa muito. Estou aguardando as decisões do reajuste e, com certeza, será bem determinante para mim e sigo com fé que tenhamos algum resultado concreto nas negociações. Muitos anos numa situação salarial estagnada, só vendo a inflação alta, pagando mais Imposto de Renda, enfim, sem contar as inúmeras ações para nos desmotivar, por parte da diretoria, nesses últimos anos, e o acúmulo de trabalho em prol dessa atividade tão enriquecedora que é educar. Gosto demais da escola e dos alunos, admiro todos vocês. Sinto orgulho em fazer parte da Escola de Música. Porém, não me conformo, sendo instrumentista de uma grande orquestra como a Osesp, não ser igualmente valorizada como professora, porque, na verdade, deveria receber reconhecimento ainda maior. É muito triste. A educação, em geral, precisa dessa valorização, os professores precisam ser mais reconhecidos. O salário é a contrapartida, a compensação dessa valorização. Tenho uma geração de professores na minha família, avó, mãe e duas irmãs. Minha mãe conta como, na época da minha avó, os salários eram mais dignos. Quem sou eu para questionar o salário dos instrumentistas da Osesp e do Theatro Municipal? Mas desejaria muito, mas muito mesmo, que nós, professores de música fôssemos valorizados da mesma forma. Fé, esperança e admiração por todo o trabalho que está sendo feito e a luta nessa causa.”

Para concluir.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Estou preocupado com o tamanho da carta. O depoimento está lindo, eu estou vendo daqui o outro lado.

**O SR. DANIEL REINALDO CORNEJO** – Eu cronometrei. Sabia que ia passar um pouco do tempo.

Mas concluindo, nós já temos o apoio desta Casa com propostas de emendas ao orçamento, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, do seu Presidente, o Vereador Eliseu Gabriel, da Vereadora Janaína Lima, da Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, e aceitamos qualquer outro apoio que nos ajude e faça a Prefeitura reconhecer a nossa demanda, dobrar nosso orçamento, fazer a recomposição salarial do corpo docente e melhorar as nossas condições de trabalho.

Os alunos merecem. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Daniel, obrigado. Eu peço a você que deixe essa carta à disposição para a gente publicar, por favor. Você tem uma cópia lá.

Vamos seguindo. Tem a palavra a Sra. Juliete Moreno. (Pausa) Não está. Tem a palavra o Contramestre Palito.

**O SR. RENATO MANOEL DE SOUSA (Contramestre Palito)** – Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento os Vereadores e todos os munícipes presentes. Eu sou o Contramestre Palito, faço parte do Fórum Municipal da Capoeira. Hoje, venho falar sobre a garantia de políticas públicas de fomento para capoeira nas rubricas.

Estou com a camisa do Mestre Bimba. Para quem não sabe, ele foi um dos responsáveis por tirar a capoeira da marginalidade. Ele foi o primeiro Mestre a abrir um espaço para treinamento de capoeira. Infelizmente, ele morreu muito decepcionado, porque todo trabalho que ele fez em prol da capoeira, teve de sair do estado dele, a Bahia, ir para outro estado, porque entendeu que em Salvador, na Bahia, o seu trabalho não era reconhecido, pela cultura negra.

Trouxe a capoeira para o nosso estado, mas a gente não tem fomento pela Secretaria Municipal de Cultura para a capoeira. Isso é uma vergonha, mostra como a estrutura ainda é racista.

Nós, do Fórum, colocamos algumas reivindicações: a primeira é o fomento para capoeira no orçamento, no ano de 2023, uma rubrica de cinco milhões de reais para a gente poder fomentar projetos de capoeira, principalmente, na periferia.

Há um projeto de lei que está circulando aí, que é a construção do Memorial Municipal da Capoeira. Estamos reivindicando 1,5 milhão para esse projeto de lei sair do papel. A gente também solicitou um milhão de reais para a realização da Semana Municipal de Capoeira. Há um projeto de lei, aprovando a Semana, mas não há recurso para a sua realização.

Reivindicamos também a construção das casas de capoeira, ou seja, uma na zona Leste, uma na zona Norte, zona Oeste e zona Sul, que seria em Parelheiros, na periferia. Nesse caso, pedimos uma rubrica de 10 milhões de reais para começar o projeto de construção dessas casas de capoeira na periferia.

Finalizando, no mês da Consciência Negra, nós pedimos uma rubrica de 600 mil reais para a capoeira. Infelizmente, o mês da Consciência Negra virou evento. Chega agora contrata artista tal, fulano tal, mas onde está o fomento para a periferia? (Palmas)

Eu estou só aqui hoje. Era para estar lotado de capoeiristas aqui, mas, infelizmente, o nosso povo está em subemprego. Eu queria estar na audiência pública de ontem, não consegui porque estava trabalhando. Muitos dos nossos estão na mesma demanda que eu, subemprego. aí a gente vê a Secretaria Municipal de Cultura tratando a cultura negra como entretenimento.

Para finalizar, vou falar sobre a questão dos oficinairos. Não sei se vocês estão acompanhando, diminuiu o recurso para os oficinairos. Antes eram seis milhões de reais, caiu para 5,5 milhões. A Secretaria precisa responder por que perdemos esses 500 mil reais para contratar os oficinairos. Precisa ter uma equidade, uma reparação na contratação dos editais dos oficinairos como acontece no PIÁ. Tem de ter o recorte racial, de gênero, PCD.

Outra coisa, a gente precisa montar o Conselho Municipal dos Oficinairos, porque

eles precisam ser valorizados, são professores da cultura.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Finaliza para mim.

**O SR. RENATO MANOEL DE SOUZA (Contramestre Palito)** – Para finalizar. Não dá para fazer edital para oficinairos e não colocar qual é o valor total do edital. A Secretaria precisa responder isso para ontem.

Finalizando, estamos juntos. Três por cento do orçamento da cidade para a Cultura, 2% para a periferia. É isso.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Palito. Tem a palavra a Sra. Clarissa Roberta, em seguida a Sra. Silvani Chagas.

**A SRA. CLARISSA ROBERTA** – “Todos esses que estão aí, atravancando o meu caminho eles passarão, eu passarinho.” Mario Quintana.

Eu sou Clarissa Roberta, mediadora de leitura na Rede de Bibliotecas Comunitárias LiteraSampa, que existe há cerca de 10 anos, no Município de São Paulo. Estou aqui para dizer que a periferia lê. (Palmas) Estou um pouco nervosa, mas vou continuar.

Justamente, por dizer que a periferia lê que eu sou contra o corte orçamentário da Lei 16.373, que institui o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca. Por isso, também defendo a execução do orçamento em 2022, e a inclusão de um recurso de cinco milhões no orçamento de 2023, que não tem recurso nenhum previsto.

O Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca existe, desde 2016, onde há metas de curto prazo, de seis meses a um ano. Dentre essas metas há uma específica que prevê a garantia de apoio às bibliotecas comunitárias, por meio de programa de fomento e não via contratações artísticas.

Enfim, enquanto mediadora de leitura eu entendo a importância das bibliotecas comunitárias, sei que são espaços vivos que, por vezes, são os únicos espaços de cultura na comunidade, construídos com a comunidade e para ela.

Para dizer um pouco da importância desses espaços, preparei uma lista para falar

aqui. Esses espaços promovem o acesso ao livro, à leitura, à literatura e bibliotecas, estimulam o debate de direitos, o acesso às políticas públicas, promovem a democratização do direito, à informação, conservam a memória das comunidades em que essas bibliotecas estão inseridas, fortalecem a produção escrita o local, assim como a produção de conhecimento dentre tantas outras ações.

A gente está aqui para dizer/exigir que as nossas pautas sejam contempladas, porque a periferia lê.

Enfim, em nossa pesquisa a gente viu que o nosso valor de cinco milhões pode sair da dotação de modernização tecnológica, desburocratização e inovação do serviço público que prevê um recurso de 20 milhões. Desses 20 milhões, cinco podem ser reservados para as bibliotecas comunitárias.

Eu trouxe aqui o livro *O Brasil que Lê*, que foi produzido pela Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias, pesquisem - RNBC, em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, a UniRio e o Centro Cultural Paulo Freire, que eu entrego hoje ao Danillo, Chefe de Gabinete.

Agradeço, encerro a minha fala. Enfim, isso sistematiza bem as nossas práticas.

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Okay. Tem a palavra a Sra. Silvani Chagas.

(Pausa) Tem a palavra o Sr. Luiz Alberto Amorim. Em seguida, o Sr. Fernando Ferrari.

**O SR. LUIZ ALBERTO AMORIM** – Salve, bom dia a todos. Assim como a minha companheira Clarissa, estou aqui fortalecendo a luta das bibliotecas comunitárias. A periferia lê.

Sou mais conhecido como Beto Apache, sou educador social no Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento. Faço um trabalho social na região de Parelheiros, há oito anos, com o esporte e cultura.

Em um desses trabalhos, eu utilizo o futebol como ferramenta de inclusão social para mulheres e crianças. Até o Vereador Dr. Sidney Cruz apoia o nosso Projeto FutiVida, desde o ano passado ele dá uma força para nós nessa luta.

Represento aqui 18 bibliotecas comunitárias da Rede LiteraSampa, espalhadas pela cidade de São Paulo. São mais de 100 na Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias, a RNBC, que abrem diariamente em bairros e territórios periféricos que não possuem acesso ao livro, via serviço público.

Nós queremos saber por que não está sendo respeitada a Lei 16.333, do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas? O Plano vigora, desde 2016, como a Clarissa falou, possui uma meta específica para a criação do Programa de Apoio às Bibliotecas Comunitárias, não via contratações artísticas. São cinco milhões, é o mínimo para iniciarmos uma política pública de integração das bibliotecas comunitárias, no Sistema Municipal de Bibliotecas, como versa o regulamento do sistema de integrar também às bibliotecas comunitárias.

Inclusive, a Secretaria Municipal de Cultura, em 2020, querendo conquistar o Título da Capital do Livro e da Leitura, ela pediu uma carta de recomendação à Rede LiteraSampa, mas não nos convidou para dialogar sobre a execução do orçamento congelado e cortado em 2021, de cinco milhões de reais.

Com esse recurso podemos iniciar um programa de fomento à leitura e garantir o funcionamento das que ainda existem, apoiar a criação de novas bibliotecas, além de ampliar o mapeamento de acesso ao livro na cidade de São Paulo.

Política de fomento à leitura não é só doação de livros e eventos anuais. O trabalho é diário, desempenhado pelos mediadores de leitura, através de rodas de leitura, clubes de leitura, saraus, dentre outras tecnologias desenvolvidas nas periferias.

Três por cento para a cultura e metade para a periferia é o mínimo para a cidade autodeclarada capital da cultura, onde os nossos territórios periféricos produzem mais que a metade da produção artística da cidade. A periferia lê. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Sr. Luiz Alberto.

Sr. Fernando Ferrari? Em seguida, será a Sra. Inti Queiroz.

**O SR. FERNANDO FERRARI** – Bom dia a todos, a todas e todes, a todos da Mesa, a todos os presentes. Sou Fernando Ferrari. Hoje estou como Codeputado Estadual da Mandata Ativista, na Assembleia. É um prazer estar nesta Casa.

Vou passar um pouco do histórico daquilo que eu ajudei a construir nesta cidade, que foi a Lei de Fomento à Periferia. Quando nós, periféricos e periféricas, decidimos que estava na hora de pautarmos as políticas públicas do Município a partir dos nossos territórios e descentralizar riqueza a partir do Orçamento Público e a partir da Lei de Fomento à Periferia, foi uma das vias que encontramos para descentralizar a riqueza para áreas extremamente vulneráveis e esquecidas, onde a democracia ainda não chegou.

Outra luta que eu ajudei a travar foi o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca, que foi aprovado em 2015, e eu fico muito triste porque até hoje não tem orçamento, como várias rubricas que construímos, lutas que construímos historicamente, que não têm orçamento.

Quero dizer que o Orçamento Público da cidade de São Paulo, assim como o Orçamento Público do Estado de São Paulo e do país, é ilegal e se coloca na ilegalidade porque o povo não tem participação nenhuma. Não existe um acesso popular e transparente de participação de um orçamento que é nosso. O Orçamento Público não é dos Vereadores. Não é do Prefeito. É de quem trabalha. É do povo trabalhador desta cidade. Esse povo trabalhador da cidade, que é a classe trabalhadora, que não tem tempo de estar aqui, fica excluído dessa participação.

Então, nós, que estamos aqui, somos guerreiros e guerreiras, trabalhadores da cultura, e defendemos nosso orçamento. Infelizmente, mais uma vez, esta Casa se coloca de costas aos trabalhadores da cultura da cidade de São Paulo.

Outra ilegalidade que me deixa muito triste é quando nós temos 27 bilhões de reais congelados na cidade de São Paulo. Há 70 mil pessoas morando em situação de rua. Há moradias precárias, enfim, sem acesso a nada, sequer água tratada. O Estado de São Paulo tem 279 bilhões de reais e a cidade de São Paulo, neste ano, tem de 86 a 89 bilhões.



Então, quero mostrar a ilegalidade do Orçamento Público da cidade de São Paulo. É um orçamento ilegal, porque não abre para a participação propositiva dos trabalhadores.

Outra coisa é: precisamos do Plano Municipal de Cultura, que ajudamos a construir. Precisamos do Conselho Municipal de Cultura e precisamos do Fundo Municipal de Cultura, que é o CPF. Precisamos de um sistema, porque, sem um sistema, não vamos conseguir captar dinheiro do Governo Federal e do estado.

Então, precisamos de políticas estruturantes para além dessa política de pires que a Secretaria Municipal de Cultura propõe a nós, trabalhadores da cultura. É uma vergonha a Secretaria Municipal de Cultura não abrir diálogo e não abrir financiamento para a participação popular. Vocês estão agindo de forma ilegal e inconstitucional com a cidade de São Paulo.  
(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Okay, obrigado.

Sra. Inti Queiroz? Em seguida, será o Sr. José Renato.

**A SRA. INTI QUEIROZ** – Bom dia a todas, a todes e a todos.

Mais uma vez, estamos aqui. Para quem não me conhece, sou Inti Queiroz. Sou produtora cultural, gestora, professora, pesquisadora de gestão cultural. Estou hoje como assessora parlamentar da Deputada Federal Sâmia Bomfim, na Câmara dos Deputados. Trabalho na Comissão de Cultura, mas hoje eu falo como cidadã e como pessoa que usufrui, que tenta usufruir da cultura de São Paulo.

Infelizmente, o que estamos vendo aí é uma política de eventos. Ricardo Nunes fortaleceu no sentido ruim o que Covas já fazia, uma política estritamente de eventos. Basta ver o quanto cresceu o orçamento do turismo, no sentido de eventos, de grandes eventos, dos valores de grandes eventos, como, por exemplo, eventos de Natal, de Carnaval, etc., que não chegam à população. Um exemplo é o caso do Carnaval, que não chega aos blocos de Carnaval. Então, percebemos que é um fomento de grandes eventos.

É claro que São Paulo é uma cidade muito importante nesse sentido e isso traz muitos recursos para a cidade, mas isso não está chegando aos trabalhadores da cultura, que

foram penalizados, tanto pelos desmontes feitos no federal, no estadual e no municipal, nos últimos anos, como também pela questão da pandemia. Nós estamos, ainda, atravessando essa situação. Eu sou artista da música e eu tenho visto, por exemplo, quantos artistas da música estão hoje trabalhando em outras coisas, porque não conseguem mais sobreviver.

É uma pena que a Secretária Aline Torres não esteja aqui hoje, porque eu gostaria muito de perguntar para ela por que é que até agora nosso Plano Municipal de Cultura continua na gaveta. Eu perguntei isso para os outros Secretários todos e ainda não perguntei para ela, porque a pandemia nos impediu. Eu acho que temos de perguntar isso no olho no olho. Por que é que ainda não temos um Conselho Municipal de Cultura? A cidade de São Paulo é uma das maiores cidades do mundo e não temos um Conselho Municipal de Cultura. Isso é uma vergonha. Por que é que o nosso Fundo Municipal de Cultura, aprovado como lei em 2015, ainda não foi regulamentado? Isso é uma vergonha. Quando eu falo isso com amigos de outras cidades, de outros estados, eu fico envergonhada, porque eu me sinto frustrada como militante da cultura.

Então, acho que está na hora de termos essas respostas. Não dá mais para não termos um Plano Municipal de Cultura, um Sistema Municipal de Cultura. Como é que vamos receber as leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc, sem poder organizar isso? Então, como assessora federal, que ajudou a construir essas leis, eu acho que é importante, neste momento, termos isso como foco, inclusive, para que possamos ajudar o Presidente Lula a construir um sistema nacional de cultura de verdade. São 20 anos de luta. Não aguentamos mais dar murro em ponta de faca. O artigo 216-A da Constituição é o Sistema Nacional de Cultura.

Aí, como o meu companheiro falou, é ilegal o que está acontecendo em São Paulo. Não estamos cumprindo a Constituição Federal e eu gostaria de saber da Secretária Aline Torres por que é que não estamos cumprindo a Constituição.

É isso. Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Sra. Inti.

Sr. José Renato? (Pausa) Sr. Filippe Moura? (Pausa) Sr. Alexandre Monteiro? (Pausa) Sr. Thiago Vasconcelos? (Pausa) Sr. João Alberto, o Beto Colorado? (Pausa) Sra. Malu da Capoeira? (Pausa) Sr. Osmar Araújo? Depois do Sr. Osmar, é a Sra. Beatriz Rangel.

**O SR. OSMAR ARAÚJO** – Bom dia a todas, a todos e a todes.

Gostaria de saudar todos os Vereadores e Vereadoras, em nome do Presidente da Mesa, Vereador Jair Tatto. Saúdo todos os funcionários da Casa, os assessores. Obrigado pelo excelente serviço que vocês prestam para nós, tanto técnico, como operacional, com informações. Saúdo todas as companheiras e os companheiros presentes, militantes na luta.

Sou Osmar Araújo, do Fórum dos Pontos de Cultura da Capital, do Fórum Cultural da Zona Norte e do MCCSP, Movimentos Culturais da Cidade de São Paulo, que é uma articulação de movimentos – pelo menos, eu entendo assim.

Quero frisar a necessidade dos 3% para a cultura, metade para as periferias, ou 2%, como o Palito está dizendo, se for ver o orçamento, direitinho, e quanto vai para os grandes centros culturais da cidade.

Quero dizer que a democracia na cidade só vai ser plena quando o Sistema Municipal de Cultura for implantado, principalmente o Conselho Municipal de Política Cultural e outros conselhos da cidade de São Paulo. É uma vergonha, mesmo, que não tenhamos esses instrumentos de participação social.

Eu me manifesto pelo respeito ético à LOA, ao acordo político, que é tão considerado nesta Casa e que, ano após ano, não é respeitado na execução do Orçamento.

Reivindico a retomada do Cultura Viva, que é uma das mais democráticas políticas públicas do Brasil, referência para o mundo.

Pontos de Cultura são: o Bloco do Beco, na zona Sul; o NUA, lá, em São Miguel; o Mudança de Cena, na zona Norte, fazendo teatro; o Cine Favela, em Heliópolis; o Teatro do Incêndio, o coletivo. Todos são Pontos de Cultura. Então, os Pontos de Cultura são diversos.

Quero dizer que, neste mês, os movimentos da infância e adolescência vieram a público, na *Folha de S.Paulo*, por meio do Ibdcria, que é o Instituto Brasileiro de Direito da Criança

e do Adolescente, e passaram um papo reto: cadeia para criança não pode. É ilegal e é para isso que estamos caminhando. O que protege crianças e adolescentes da criminalidade são a educação e a cultura. Para isso, quero reivindicar 10 milhões para uma rubrica ser inserida na Peça Orçamentária, para teatro para crianças e adolescentes.

Por fim, solicito, também, o respeito à LOA e ao PPA vigente. Gostaria de fazer uma pergunta para a Secretaria Municipal de Cultura. Assim, nós temos um PPA. No PPA estão previstas várias rubricas que não foram observadas na Peça Orçamentária enviada para esta Casa. São 32 rubricas. Não é uma ou outra. São 32 rubricas e há uma negligência, um corte no orçamento da cultura de 129 milhões de reais. Não é pouco recurso, não. Então, peço respeito ao PPA e à Casa. Parece não respeitar os trabalhadores, os movimentos e os Vereadores, porque a Peça Orçamentária vira uma festa. Executa-se da forma que se quer, do jeito que se quer, em um balcão, no palácio, no acordo, lá, dentro da Secretaria.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Sr. Osmar.

Sra. Beatriz Rangel? Depois, será a Sra. Rita Teles.

**A SRA. BEATRIZ RANGEL** – Olá. Bom dia.

Quero cumprimentar todos e agradecer a realização desta segunda audiência pública, já que não se deu conta na primeira. Lembro que um dos temas que ficou pendente na primeira era o conselho, a implementação efetiva do Conselho Municipal de Política Cultural. Como foi falado pelos colegas, é uma pauta urgente, muito importante. Que o projeto de lei que está sendo discutido nesta Casa possa também contemplar o substitutivo que já foi criado dentro da Subcomissão de Cultura.

Eu venho falar em nome do Conselho do Centro de Referência da Dança. Eu sou conselheira no Centro de Referência da Dança, o CRD, que é uma política pública importantíssima, das mais significativas para o setor das danças, que acolhe e recebe artistas, coletivos culturais em formação, artistas veteranos, realizando mostras e contemplando,

também, a fruição em dança de todo o Município de São Paulo e, inclusive, da Grande São Paulo.

Então, o CRD foi criado em 2014. Ele está do oitavo para o nono ano de existência e de lá para cá os resultados cresceram exponencialmente, não só em quantidade de atividades, como também em qualidade. Uma das provas é a ocupação sociocultural do Vale do Anhangabaú.

Hoje, esse espaço está disputando com a concessão pública do Vale do Anhangabaú, por conta de disputa de atividades, tanto na Praça Ramos, onde o CRD se localiza, quanto no uso da Sala Cênica, porque compete com o vazamento de som, também, dos eventos que são realizados ali, no Vale, pela concessão – muitas vezes, precisando se inscrever antes, e não sendo de um uso público.

Agora, o orçamento do CRD não cresceu na mesma correspondência a esse crescimento e ao papel que o CRD assumiu. Até dois anos atrás, o orçamento anual estava igual ao do ano de fundação, de 2014. Nesses últimos dois anos, houve apenas uma correção inflacionária, que nem sequer chega a cumprir, mesmo, uma correção, sendo até menor que a inflação.

Então, é necessário um aumento real do orçamento para suprir as perdas e dar um suporte para as ações que o CRD vem desenvolvendo e pode vir a desenvolver, como um programa de acervo e memória das danças, de registro, documentação e pesquisa, incentivo às criações artísticas dos coletivos residentes do espaço, entre outras. Por isso, nós estamos pedindo para a vereança uma suplementação nesse orçamento, que vamos encaminhar ao Relator.

Outro assunto, muito brevemente, é o Programa de Iniciação Artística para Primeira Infância. Não sei se todos conhecem, mas está sendo implementado agora, em 2022, em caráter pioneiro. É a primeira edição desse programa voltado para a primeira infância e a iniciação artística, que recebe também famílias, cuidadores e puérperas, ou seja, que recém tiveram seus

filhos. É incrível a potência desse programa, chegando aos espaços públicos de cultura, como bibliotecas, casas de cultura e outros.

Houve um aumento importante na rubrica do PIAPI, para cumprir e responder ao que nesse primeiro ano de implementação faltou, mas nós, trabalhadores, artistas, educadores do programa, também sabemos e dizemos que é possível fazer mais e é possível haver mais contratação para esse programa. Então, também estamos pedindo uma suplementação para esta Câmara. Fazemos um pedido a todos os Vereadores que se importam com a primeira infância.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Sra. Beatriz. Sra. Rita Teles? (Pausa)

Sr. Candido José de Souza Neto? (Pausa)

Encerramos as inscrições anteriores. Passo para a primeira rodada de respostas. Ok, Sr. Danillo?

**O SR. DANILLO NUNES DA SILVA** – Certo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Depois, seguiremos. É só para avisar que há 30 inscrições novas *on-line* e aqui bateram...

**O SR. UMBERTO MERATI** – Pela ordem. Eu fiz uma inscrição, mas não fui chamado. Quer dizer, eu fui, mas eu não estava.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – É o Sr. Francisco?

**O SR. UMBERTO MERATI** – É Umberto Merati, primeiro inscrito.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Não houve nenhuma chamada *on-line* hoje. De forma *on-line*, não começamos as chamadas, ainda. Começaremos depois. Ok?

**O SR. UMBERTO MERATI** – Perdão.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Há 30 inscrições *on-line* e, do 24 ao 38, são 14 presenciais. Eu adoro o debate.

**O SR. DANILLO NUNES DA SILVA** – Obrigado, Presidente. Então, começando pelo vocacional, o programa vocacional é um dos pilares da formação cultural da Secretaria de

Cultura. É claro que o intuito é sempre implementar todos, mas alguns recebem mais recursos. É uma decisão, ao mesmo tempo, técnica e política claro. Mas, especificamente, sobre o vocacional... (Pausa)

Eu vou falar mais alto. Está melhor assim? Me escutam melhor? Legal. Eu acho que estão escutando bem agora Mário. Está razoável assim? Valeu.

Então vamos lá. O vocacional. Embora haja previsão de aumento de 400 mil para 2023 e realmente uma redução no número de artistas, a expectativa concreta de se incrementar por movimentação orçamentária em 1 milhão. Explicando essa discreta redução de artistas, isso decorreu do aumento do valor pago por hora e do tempo de contratação. Então realmente é ruim diminuir o número de artistas, mas a isso decorreu de uma tentativa de melhorar o valor pago. E como um todo na formação cultural para 2023, existe o aumento na Lei Orçamentária de 7 milhões de reais. Então abrangendo PIA, o território Hip-hop, IAPE – o colega comentou – a EMIA e o Programa Jovem Monitor Cultural, sendo que a EMIA e o Programa Jovem Monitor, realmente, são os maiores orçamentos e consomem a maior parte dos recursos. Mas então para a formação cultural como todo o aumento de 7 milhões.

Sobre o Conselho Municipal de Cultura. Depois da reunião de sexta-feira na subcomissão, nós fizemos com a Secretaria Aline Torres a legítima expectativa da cidade em receber um posicionamento da Secretaria e o que se espera é que na próxima reunião da subcomissão de Cultura haja um posicionamento. Seja para a opção de um Conselho Deliberativo, seja para consultivo. É realmente um momento de se posicionar e a expectativa é de que esse posicionamento aconteça na subcomissão de Cultura presidida pela nobre Vereadora Elaine do Quilombo Periférico.

Sobre fomentos em geral. Em 2022 há mais de 60 milhões – saudações, nobre vereadora - já empenhados mais de 60 milhões de reais em fomentos. Para 2023 a expectativa de valor é um pouco maior. Já existe a previsão maior e a tentativa é executar ao máximo os recursos. Dentro desse tópico também, que é recorrente na subcomissão de Cultura.

A Secretaria está tentando reforçar seus quadros. Recorrer aos instrumentos de

recursos humanos disponíveis, para, justamente, ter mais força em recursos humanos e executar mais o seu orçamento. É uma tentativa legítima, concreta, mas não há garantia quanto a conseguirmos suprir todas as necessidades. É uma Secretaria gigante com dezenas de edifícios, muitas áreas, realmente precisa de diversos servidores.

Algun colega comentou sobre o grafite. O destaque que eu faço nessa área é para o Museu de Arte de Rua com, aproximadamente, 4 milhões de reais é um recurso bastante executado. Então é um ponto marcante, talvez não satisfaça toda expectativa, mas é recurso considerável e executável.

Sobre as escolas da Fundação teatro. Eu acho importante compartilhar com todos o contexto em que se dá essa discussão. Quando a Lei Municipal 15.380 de 2011 extinguiu o então departamento Teatro Municipal, um dos órgãos da Secretaria de Cultura e criou, hoje, a Fundação Teatro Municipal entidade da administração indireta, com autonomia, essa Lei também extinguiu todos os cargos públicos: de artistas e professores. Professor de orquestra, professor de dança, professor de música. Extinguiu os cargos públicos, mas não extinguiu os órgãos. Então continuou a existir a escola de dança, de música, a própria Fundação Teatro. Com a continuidade dos órgãos tornou-se necessário um mecanismo para empregar esses profissionais. Eles não podiam, simplesmente, ir para rua da noite para o dia. O que foi criado há quase uma década, criado não, implementado, foi o regime de contratação artística. Em 2011, 2012 eu nem sonhava em trabalhar na Fundação Teatro. Ocorreu que, surpreendentemente, esse regime perdurou por uma década e esse regime é considerado imperfeito porque o profissional assim contratado não recebe os típicos direitos trabalhistas: FGTS, férias, 1/3, 1/3 de férias, 13º salário. Então a minha principal missão nessa elaboração, tentativa de lançamento de um edital é resolver esse vínculo profissional, que é o mesmo já existente na parte de espetáculos, os artistas já são celetizados. É o mesmo mecanismo que garante os direitos trabalhistas típicos. E quanto a insatisfações salarial, eu primeiro informo qual é o contrato padrão hoje para que a população saiba também e em seguida me coloco a fazer o que tiver ao alcance. Vamos lá. Qual é o contrato padrão de um professor, de um mentor hoje nas escolas da Fundação Teatro? Contrato padrão de 30 horas,



sendo 20 horas de aula e 10 horas de atividades complementares: ensaios, reuniões, enfim. E o valor pago é 4700 reais, valor bruto. Então 4700 reais por 20 horas de aula, mais 10 horas de atividades acessórias. Eu nunca neguei a grandeza dos mentores das escolas da Fundação. Eles, realmente, formam os artistas que venham a entreter a população no futuro. Mas qualquer ato de incremento salarial, deve ser feito com responsabilidade fiscal.

Então nós vamos seguir com os cálculos. Com a devida cautela e prestigiar esses profissionais na medida do possível.

Depois houve destaque importante na área da capoeira. Esse assunto é antigo. A área tem relevância, isso não se discute. O que me consta é que estão em curso diálogos com o gabinete. Aconteceram reuniões e me parece que não houve acertos quanto ao valor de um possível edital, nem mesmo sobre exatamente o teor do edital. Mas há diálogo sim. É viável se concretizar um fomento da capoeira, falta haver o alinhamento final com as autoridades superiores da Secretaria.

Bibliotecas públicas e comunitárias. Sem qualquer desprestígio as bibliotecas comunitárias, em primeiro lugar é importante destacar o investimento pesado da Secretaria nas bibliotecas públicas que já são os equipamentos culturais. São dezenas de milhões de reais. As bibliotecas são mais e 50, estão espalhadas pela cidade e elas demandam gastos de custeio típico com servidores, com as obras, com atendimento à população e também com manutenção predial. Muitas vezes a gente não se atenta a isso, mas como são muitos edifícios, também é um gasto considerável.

De qualquer forma para 2023 existe expectativa concreta, está em planejamento 1 milhão de reais para um edital ou talvez um valor um pouco variado, mas um edital para as bibliotecas comunitárias. Então expectativa real que se concretize. Vamos trabalhar e de fato tornar real. Plano Municipal do Livro, 1 milhão previsto em datação genérica.

Plano Municipal de Cultura. Para fechar essa minha primeira fala e passar para Karine caso ela queira complementar. Segue em curso com monitoramento da Secretaria de Cultura. A ideia é melhorar a divulgação. Dar mais transparência para a sociedade, para que

possa compreender o que é feito e como está sendo feito.

Sobre o Plano Plurianual. Ele está sendo cumprido normalmente. É o tipo da meta que não dá para disfarçar o cumprimento. Tem muito destaque. Nós somos cobrados também por outros órgãos do Governo.

Chefe Karine, você gostaria de fazer algum complemento? (Pausa)

**A SRA KARINE STEPHANIE** – Bom a todos.

Gostaria de fazer um comentário. Têm muitos pedidos...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Karine, por gentileza, diga o setor em que trabalha lá.

**A SRA KARINE STEPHANIE** – Sou Chefe da Assessoria Técnica, na Cultura. Estamos recebendo muitos pedidos de inclusão de dotações, de novas dotações, de inclusão de aumento de valores. Valores expressivos também. Acho que agora a gente conta também com os prezados vereadores da Câmara, para que essas rubricas sejam incluídas, para que esses valores sejam acrescentados, isso seja notificado. Da parte do Executivo, a gente, agora, nesse momento, não tem mais esse papel de fazer essa inclusão. Agora está com a Câmara Municipal a proposta orçamentária para que eles façam esse incremento. Na última Subcomissão de Cultura a Vereador Elaine, inclusive, disponibilizou um formulário para que todo mundo possa fazer suas propostas, que serão analisadas pelo relator.

Então a gente conta com essas propostas aí, que vocês possam encaminhar para a Câmara. E a gente também está disponível, à disposição sempre, caso o Relator ou algum Vereador queira conversar com a gente para ver como melhor realocar o orçamento.

A Vereadora Elaine explicou também para que essas novas dotações, esse incremento de orçamento seja feito, isso precisa ser movimentado de outro lugar. Isso precisa ser feito com bastante cuidado também. É isso que eu queria complementar.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado. O Serjão mandou aqui a programação do CCHHJ, Casa de Cultura Hip Hop Jaçanã. Têm para todos? (Pausa) Está registrado.

Parabéns pelo trabalho de vocês.

Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, nossa querida companheira, Presidente da Subcomissão de Cultura, quero dizer que para nós é um orgulho. Existe uma Comissão de Educação e Cultura na Casa, a gente mata no peito nesse aspecto. Eu acho que é pertinente discutir as políticas de cultura para a cidade e também o impacto financeiro. Ficou muito razoável. Parabéns pelo trabalho, não só aqui dentro, o trabalho nos territórios.

Com a palavra o Sr. Umberto Merati, *on-line*.

**O SR. UMBERTO MERATI** – (Falha na transmissão)... Olá, pessoal...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Vamos para o próximo. Fica aí. Melhora sua conexão. Deu certo?

**O SR. UMBERTO MERATI** – Primeiramente, um salve aos grandes amigos da cultura da cidade São Paulo. Um salve muito grande aí aos movimentos culturais da cidade de São Paulo, ao Treme SP.

Agradecer ao vereador Jair Tatto e aos demais Vereadores presentes, assim como a sociedade civil presente, em que Alessandro e vários amigos me representaram demais nas suas falas. Serei breve, rápido. Três minutos. Venho aqui novamente dizer que é preciso... (falha na transmissão) ... da cidade de São Paulo é uma vergonha. Na capital da América Latina não ter um pelo Fundo Municipal...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Sr. Umberto, a conexão está prejudicada. Melhora a conexão, depois você volta.

Com a palavra Sra. Flávia de Barros Moreira Pires. (Pausa).

**A SRA. FLÁVIA DE BARROS MOREIRA PIRES** – Sou Flávia do Movimento Cultura Gorda... (falha na transmissão) ...reajuste orçamentário. Que seja feita uma lei de contratação de funcionário público e um conselho deliberativo. A gente vem lutando por um fomento, a Cultura Gorda, no valor de um real por gordo paulistano. Como nós somos 60% da população brasileira, estamos pedindo 7 milhões.

Agora, por que esse fomento da Cultura Gorda? Vou explicar para o Danillo, ele não

entendeu. A gordofobia estrutural endêmica... (falha na transmissão) ... A gordofobia... (falha na transmissão) ...valores sociais. Nasce primeiro na família... (falha na transmissão) ... Colocou na esteira e o menino morreu. A gente tem suicídios gordos nas escolas. Uma adolescente de 17 anos se enforcou no banheiro do colégio. Aqui em um colégio particular de São Paulo, uma menina de 13 anos se enforcou usando a própria mochila, por gordofobia. A gente tem o suicídio de um jovem de 18 anos, gordo, que se jogou de uma ponte. Não suportou um mês no Mackenzie. Fora as condições de cada 10 contratantes, sete não contratam pessoas gordas. Em cursos públicos não contratam pessoas gordas. Enfim.

Eu vou dar um exemplo respondendo ao Danillo por que que tem que ser um fomento à cultura gorda. Um exemplo particular. A minha madrinha tem uma escola de ballet superconceituada. Trouxe o ballet para o Brasil. Eu sempre fui uma criança gorda. Eu não suportei ficar pelo ambiente gordofobia. A minha irmã que é magra, está nesse mesmo ballet... É por isso que preciso... (falha na transmissão) ... específico para cultura gorda. Porque a gordofobia faz a gente aprender e acreditar que o gordo não pode produzir cultura. E a gente tem sim: teatro gordo, música gordo, dança gorda, cinema gordo, quadril gordo e game gordo. Também temos games gordos. A gente precisa de espaço. Estamos pedindo 7 milhões para o fomento à cultura gorda.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Com a palavra o Sr. Camilo Torres, presencial, da Cooperativa de Circo e APEC – Cooperativa Paulista dos Empreendedores Culturais.

Estou preocupado, Mário com essa conexão aqui. Se continuar... Ontem houve uma chamada de todos, absolutamente todos sem conexão, depois que nós descobrimos.

Sr. Camilo.

**O SR. CAMILO TORRES** – Respeitável público, distinta plateia, senhoras e senhores, nobres vereadores, representantes da Secretaria Municipal de Cultura.

A minha fala é breve, basicamente para reforçar e compartilhar as palavras do meu irmão camarada, meu amigo de fé Alessandro Azevedo, quando ele defende o circo como um

todo. Maiores recursos para o FIC - Festival Internacional do Circo, maiores recursos para a lei de fomento ao circo de 6 milhões para 10 milhões e, evidentemente, uma maior verba para o espaço público que defende, ressalta, restaura e homenageia o circo na cidade São Paulo, que é o maravilhoso Centro de Memória do Circo, localizado no Largo do Paissandu, ali naquela galeria que pega Dom José de Barros com a São João, praticamente ao lado da Galeria do Rock, a qual convido os nobres colegas que ainda não tiveram a satisfação de conhecer, vão conhecer aquele espaço. É uma imersão fantástica da história do circo na cidade São Paulo.

Quero acrescentar e também fazer coro à defesa do Conselho Municipal de Cultura e também aos nossos, como eu, trabalhadores da cultura, que estão aqui também conosco, no sentido de que não somos apenas trabalhadores de cultura e nem agentes culturais. Nós somos empreendedores culturais, somos fazedores, realizadores, tiramos leite de pedra, é isso que nós somos. E deve haver, não só dessa Casa como está havendo, como também do Poder Executivo, representado aqui pelo chefe de gabinete, uma maior sensibilidade e acolhimento. As tentativas são válidas, mas ainda eles podem fazer mais, vontade política é também necessária.

A vocês: viva o circo! Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado.

Tem a palavra Luís Fillipe Liberato.

**O SR. LUÍS FILLIPE LIBERATO** – Olá, bom dia a todos, muito obrigado pelo direito de palavra.

Como o senhor mesmo disse, meu nome é Luiz Felipe Liberato, sou DJ nacional e internacional desde 2000 e venho aqui fazer uso da palavra, pois em virtude da Lei 16.352/ 2016, que denomina o Dia do DJ, aprovada na época pelo Vereador Sr. Milton Leite, solicitamos a criação da rubrica orçamentária, no valor de 6 milhões de reais, para gerar edital ao nosso setor em 2023.

Em 2012 a revista Forbes apontou o Brasil como a melhor rota de festas com DJs, fomos o primeiro país a receber mega festivais com DJs, como a Tomorrowland e desde 2018 o Rock in Rio possui um palco só para DJs. Marcas investem nesse setor de fato dando visibilidade

só para os artistas que estão no *mainstream*, Porém, os muitos DJs que agitam na cidade de São Paulo não têm nenhuma visibilidade, muito menos as festas que ocorrem nas periferias de São Paulo.

Por nós e por nossos amigos impulsionamos na última audiência pública um movimento pedindo rubrica para fomento à nossa classe de DJs, pois somos de diferentes segmentos da música, não sendo contemplados por edital algum no município de São Paulo. Temos voz e esse direito e ensejo de participação, portanto, a minha solicitação é à Vereadora Juliana Cardoso, agora Deputada Federal, que teve a coragem de fazer a minha solicitação do fomento DJ na Câmara de Vereadores de São Paulo.

Tenham um ótimo dia.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Vamos seguindo presencial, Gigi Jardim, da Associação Cultural do Rock.

**A SRA. GIGI JARDIM** – Bom dia a todos, todas e todes e à galera do *rock and roll*.

Quero agradecer essa oportunidade de a gente poder falar um pouquinho de um recorte que não costumamos ver em audiência pública: o *rock and roll*, que é feito no Brasil, produzido por brasileiros, é arte, cultura, entretenimento, geração de emprego e renda. Conseguimos pela primeira vez na história do *rock and roll* brasileiro fazer parte da Subcomissão de Cultura, inclusive pedimos uma cadeira para o *rock and roll* e fomos ouvidos pela Secretaria de Cultura. Conseguimos um espaço para o *rock and roll* fora de julho. A gente conseguiu fazer uma política pública de *rock and roll*, chamada Rock no Rolê, que está acontecendo desde outubro nas casas de cultura de São Paulo e o que queremos de verdade é continuar podendo gerar emprego e renda para essa galera do *rock and roll*, que é trabalho, que é música, que faz tudo com muito talento. Queremos continuar em 2023, não só nas casas de cultura, mas também queremos ocupar os espaços do Centro Cultural, os espaços dos teatros distritais.

Então, a nossa proposta que para esse Orçamento é realmente a efetivação do Conselho de Cultura. Temos uma cadeira nesse Conselho de Cultura porque existimos de fato e queremos dar continuidade nesse projeto e agradecer de verdade a Secretaria de Cultura

nessa gestão que ouviu a gente.

Muito obrigada.

- Assume a presidência a Sra. Elaine do Quilombo Periférico.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Gigi.

Bom dia, gente, próxima pessoa inscrita *on-line* é a Lazzara Daniele? Próximo é o Osmar Araújo, já falou. Então, Mariana Mussi? Não. Glauciete, Gal Martins.

**A SRA. GAL MARTINS** – Boa tarde a todos, todas e todes.

Sou artista da dança aqui da cidade de São Paulo e também membro do Fórum de Danças da Zona Sudoeste. Acho que a minha fala aqui é dentro de pensar essas políticas públicas na área da dança na cidade de São Paulo, mas principalmente reivindicar algo que nós, artistas da dança, já viemos reivindicando há muitos anos, que é a dotação orçamentária própria, fomento a dança, e também a retomada dos projetos... (Falha na transmissão)... Tivemos uma grande perda nos últimos anos em que o edital, que foi o edital que também um pouco diferença do fomento ao teatro, e que teve vários vetos durante... (Falha na transmissão)... e reivindicar a proposta orçamentária e o teto até de 700 mil a retomada desse teto de até 700 mil para projetos de academia... (Falha na transmissão)

Atualmente o edital ainda mantém de até dois anos, porém o valor de até 400 mil. A gente sabe que a dança na cidade de São Paulo é extremamente plural, muitos artistas, principalmente artistas pretos, periféricos, artistas LGBTQIA+, que ainda estão no processo de acessar essa política pública. Tivemos sim alguns avanços nas últimas edições... (Falha na transmissão) ... e a gente podendo aumentar... (Falha na transmissão) ...de até dois anos... (Falha na transmissão) ... e assim matematicamente conseguir contemplar mais artistas e mais coletivos de dança da cidade, principalmente esses coletivos de periferia, os coletivos que pensam os corpos dissidentes.

Eu também queria só endossar a fala de Flávia Pires, acho também do Movimento de Cultura Gorda, que possamos mais do que nunca olhar para essa pauta que é mais do que urgente... (Falha na transmissão) ...mas principalmente comentar as artes a produção artística

de artistas gordos e gordas da cidade de São Paulo, é que muitas vezes são maltratados, muitas vezes são tratados de uma forma muito pejorativa nesse cenário, são mal recebidos inclusive em espaços culturais, enfim, para que a gente possa trazer os artistas e fomentar sim, o fomento à cultura gorda, um real para cada gordo aqui da cidade, que é muito urgente, não dá para me esperar, como a Flávia já falou, estamos morrendo.

Eu estar aqui falando, Flávio estar aqui falando, é um ato de desobediência, porque estamos vivos, mas precisamos olhar para isso porque é um caso seriíssimo e as políticas públicas devem reverberar as questões sociais e a questão do corpo gordo, da cultura gorda e da gordofobia é urgente. É isso, obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Gal. Próximo...

**O SR. HUMBERTO MERATI** – Por ordem eu posso falar? Umberto Merati, eu fui o primeiro, mas o meu sinal estava ruim.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Umberto, na próxima rodada eu te chamo. Agora é o Thiago Costa.

**O SR. THIAGO COSTA** – Boa tarde a todos todas e todos.

Meu depoimento como aluno de canto lírico da Escola Municipal de Música de São Paulo é para lutar contra a estigmatização das escolas de música e dança da Fundação Theatro Municipal como elitistas. As escolas de música e dança atendem mais de 50% de alunos de baixa renda, o que mostra que elas atendem o perfil socioeconômico que está nas periferias. Dizer que a música clássica e o balé são elitistas e coisa de rico é perverso, pois é impedir que as periferias, que periféricos como eu, possam realizar a sua vocação na música erudita ou dança. Os grandes compositores, escritores, poetas e artistas não são propriedade da classe alta, são patrimônio da humanidade e nós da Periferia temos o direito de realizar essas vocações. Se não fosse a Escola Municipal de Música, eu, um homem negro de periferia, não teria como realizar o sonho de me tornar um cantor lírico.

Por favor, é urgente que vocês invistam e valorizem esses equipamentos de cultura que atendem sim a periferia. Política cultural não é evento em mega *show*, política cultural tem



a ver com fomento à arte e para as escolas. Muito obrigado.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Umberto, pegamos uma parte, nós precisamos ser rigorosos no tempo, senão não assistiremos ao nosso Brasil varonil, porque agora é copa tá não é mais bandeira de outras coisas não, é da Copa do Brasil. Bora.

**O SR. UMBERTO MERATI** – Bora, vamos lá, vou ser bem breve e rápido. Gente, temos de ter urgente o CPF, como já tantos amigos disseram, é uma vergonha a capital da América Latina não ter um Fundo Municipal de Cultura, complemento a fala dos amigos ligados ao circo, 10 milhões para rubrica de circo, complemento a fala do Liberato também, a gente quer desse setor não temos um edital que já tem uma lei criada específica, seis milhões para fomento aos DJs. E é claro eu também represento o Treme SP, União dos Blocos de Música Eletrônica da Cidade de São Paulo. Até então tem uma rubrica criada no valor de 24 milhões, a gente queria entender a última visita da Secretária Aline, ela não pautou nada ligado ao carnaval de rua. A gente sabe que essa verba é uma verba que vem para patrocínio, estruturar o carnaval de rua, só que quando chega na hora de produzirmos os nossos blocos, não podemos captar verba, não podemos fazer nada, e temos que colocar o dinheiro no bolso para fazer o carnaval de rua acontecer.

Então, nós solicitamos, enquanto Treme SP, enquanto grupos ligados ao carnaval de rua, a rubrica no valor de 30 milhões de reais, porque sabemos que esses 26 aí será gerado para a estrutura do carnaval e os quatro milhões é o que a gente solicita de complemento a mais para gerar editais aos blocos de rua, desde então manda um salve aí para todos os funcionários, Vereadores, os movimentos culturais da cidade de São Paulo e cultura viva e cidadania. Amo vocês e viva a cultura. Valeu.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Umberto.

Vamos seguindo. Tem a palavra Leonardo Vinci, ele é aluno da Escola Municipal de Música.

**O SR. LEONARDO MACIEL VINCI** – Cumprimento a vocês.

Eu sou o Leonardo Maciel Vinci, aluno da Escola Municipal de Música daqui de São Paulo. Hoje aqui eu represento a todos, todas e todes os meus colegas e colegas da escola, não só de música, mas também da escola de dança. Uma década em que a cultura não é reconhecida, uma década em que educadores e educadoras são esquecidos e desvalorizados, uma década em que mestras e mestres da música e da dança estão à mercê de um estado que sonega o que lhe é de direito. No mais silencioso sussurro a arte grita aos quatro ventos o seu poder de transformação.

Jovens que se entregam a tal grandeza em busca de exteriorizar o que há no mais íntimo dos seus âmagos. Por que e por quem isso não é visto e nem sentido? Alguém que aqui está não passou pelas mãos de professores e professoras? Garanto que cada um que hoje ocupa uma cadeira na mesa dessa Casa passou pela orientação de educadores e educadoras. Como seria o mundo, como seria o mundo sem esses seres que nos ensinam, orientam, ampliam nossos olhares e espantam as nossas consciências. Por isso convido-vos para reconhecerem a importância da arte em nossa sociedade, que esse reconhecimento seja sincero e verdadeiro.

Hoje, representando alunas, alunos e todos que passaram e passam ainda pelas mãos de professoras e professores, peço o reajuste salarial desses educadores e educadoras para que assim a arte e a cultura sejam disseminadas cada vez mais em nossa sociedade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado. *On-line*, Ana Beatriz de Andrade Canguçu Lima. Tem a palavra Daniela Regina Gomes dos Santos Regadas.

**A SRA. DANIELA REGINA GOMES DOS SANTOS REGADAS** – Olá, bom dia.

Meu nome é Daniela Regadas, sou produtora cultural aqui em São Paulo, faço parte de mais de um movimento cultural, inclusive, do Fórum Permanente do Samba de São Paulo, inclusive na Comissão. Eu Gostaria de reforçar aqui, defender os orçamentos que nós solicitamos na última audiência pública. Nós solicitamos quatro milhões para o fomento samba, porque nós já escrevemos um edital, projeto de lei da Vereadora Juliana Cardoso. Esse fomento foi escrito de 2020 para cá. Foi um grande trabalho, nós reunimos um núcleo muito grande...

(Falha na transmissão)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Travou.

**A SRA. DANIELA REGINA GOMES DOS SANTOS REGADAS** – Desculpe-me. Foi aberto no CAPAC o fomento forró e aí nós solicitamos para um antigo Secretário de Cultura o fomento samba. Ele solicitou que nós conversássemos com o Vinícius, Coordenador de Fomentos, e depois de conversar com os Vinícius, nós nos reunimos com toda a turma do Samba para construir o edital e a Vereadora Juliana Cardoso, que hoje é Deputada Federal eleita, fez o projeto de lei.

Temos quatro milhões para o fomento samba, que é um projeto que vai contemplar cantores, compositores, pessoas que fazem teatro correlacionados com o samba, instrumentistas, todos do samba. Depois que esse fomento deu certo, nós nos unimos com outro núcleo que é o pessoal DJ com a Pati, com o Ramilson, com o Roger, com toda a galera dos DJs. E solicitamos que a Vereadora Juliana Cardoso também fizesse o fomento DJ. Ele está bem amplo, bem complexo, por isso nós solicitamos três milhões para o fomento DJ, o projeto de lei já está pronto, está seguindo aqui pela Casa. Solicito também quatro milhões para o nosso fomento *hip hop*. Já que temos o fomento reggae, temos o fomento forró, em breve teremos o fomento samba e o fomento DJ, nós do Núcleo de Hip Hop nos unimos e, também gostaríamos de ter um edital fomento com as mesmas características: premiações para fomentar arte, cultura, gravação, audiovisual, livro. Então, nós pedimos e fizemos em parceria também com a Juliana Cardoso um fomento *hip hop* de 4 milhões.

Procurei falar rapidamente, porque o tempo é curto, mas quero também fazer uma solicitação para o Danilo, que está representando a Secretaria de Cultura de São Paulo. Que aumente para o ano que vem a Portaria 39. O valor que consta nela é muito baixo. Os espaços culturais não têm som, não tem técnico de som. Então, a parte toda de música, a gente tem que contratar o som para executar *shows* nos espaços culturais. E, aí, fica inviável fazer com um cachê de 2 mil reais. Ali, pelo menos, precisa aumentar 1,5 mil reais para contratação de som e técnico de som.

Reforçando: todos os núcleos de que fizemos parte em parceria com a Juliana Cardoso solicitam rubricas de fomentos para: samba, 4 milhões; DJ, 3 milhões; Hip Hop, 4 milhões. É isso gente, muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Daniela.

Próxima inscrita, Isis Christensen, aluna da Escola Municipal de Música.

**A SRA. ISIS CHRISTENSEN** – Excelentíssimos presentes, bom dia.

Meu nome é Isis, tenho 15 anos e estudo na Escola Municipal de Música desde os 9 anos. A primeira coisa que quero falar é sobre os comentários de sempre: que tem que investir na periferia; e para que investir nas escolas de música clássica e balé, que são escolas de rico? Vou explicar. A maioria dos alunos dessas escolas vem da periferia. Eu sou da periferia. Escolhi ser musicista com 3 anos, quando minha mãe ganhou ingressos e me levou para assistir a um concerto. Passei pela EMIA, pelo Guri e então fui para a Municipal.

Não quero desmerecer nenhum profissional, mas a qualidade dos professores da Municipal é totalmente diferente. A maioria já passou por orquestras, teve aulas com os melhores do mundo. E sabem quando eu teria dinheiro para pagar um professor desses? Nunca. Meu sonho é participar de uma orquestra importante, e sei que com os professores da Municipal eu posso realizar esse sonho.

Todo ano tem um amigo da escola que vai para fora do País porque ganhou uma bolsa, tudo por causa da qualidade dos professores. Excelentes professores criam excelentes profissionais.

As escolas de música e dança realizam sonhos de crianças como eu, da periferia. Senhores, olhem sem preconceito para as escolas. Sou uma adolescente que gosta de samba, de rap e, também, de música clássica. Quero continuar aprendendo a tocar música erudita com os melhores. Não sei, mas parece que é vergonha investir em música clássica e balé.

Gente, só tem uma escola de música clássica administrada pela Prefeitura, e essa escola precisa de mais investimentos. Foi dito que o problema vem de longe, de outras gestões. Mas, porque não foram os senhores que criaram o problema, os senhores não podem resolver?

Quer dizer que nunca vão poder resolver a melhoria das escolas? Como isso vai ficar? As escolas de música precisam de mais investimento para poderem manter os excelentes profissionais, oferecer ainda mais vagas e formar músicos e bailarinos de qualidade, reconhecidos no mundo todo.

Outra coisa que quero falar é que o Municipal funciona de segunda a sexta, das 8 às 20 horas, e sábado das 8 às 14 horas. Os senhores poderiam, por gentileza, não colocar *shows* no Vale do Anhangabaú e na Praça das Artes nesses horários? (Palmas prolongadas)

Quero falar também que fazemos apresentações periódicas na Praça das Artes, e de graça. E nos finais de semestre nos apresentamos no Theatro Municipal com um valor em torno de 10 reais. Desde já, estão todos convidados para nos assistir. E 3% para a cultura! Obrigada. (Palmas)

- Assume a presidência a Sra. Elaine do Quilombo Periférico.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Isis.

É a primeira vez que vejo esse espírito na Comissão hoje. Geralmente era assim, você que resgatou.

Próxima inscrita, *on-line*, Renata Freire. (Pausa) Jessica Caroline dos Santos. (Pausa) Daniel Cornejo. (Pausa)

Presente também o Vereador Gilberto Nascimento.

Se alguém estiver *on-line* e estiver escutando a gente, abra o microfone e diga que está funcionando.

**NÃO IDENTIFICADA** – Eu estou escutando.

**NÃO IDENTIFICADA** – Estou escutando.

**NÃO IDENTIFICADO** – Funcionando.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Era só para garantir, porque ontem foi babado aqui. Tatiana Pereira. (Pausa) Nathalia Machado de Carvalho. (Pausa) Tamires Soares. (Pausa) Daniela Pereira da Silva. (Pausa) Melina Fernandes. (Pausa) Mestre Bond, *online*. Haydée Paixão. (Pausa) Maira Neves Pimentel. (Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Não sei se estão ouvindo, porque ninguém está respondendo. Maira Neves Pimentel. (Pausa) Leonardo Antonio Guerra Ramos. (Pausa) Welleny Gomes Bravo. (Pausa)

**A SRA. WELLIENNY GOMES BRAVO** – Bom dia.

Estou tentando ligar a câmera, mas não estou conseguindo. Bom dia a todos. Sr. Presidente da Comissão, Srs. Vereadores presentes, sou conselheira do Conselho Participativo do Campo Limpo. Meu nome é Wellieny, sou aposentada, estou na segunda gestão nesse colegiado, que tem como objetivo a participação da sociedade civil nas decisões de políticas públicas e urbanas da cidade.

Tenho prestado bastante atenção, tenho procurado assistir às audiências do Orçamento, tenho atuado fortemente na questão do Orçamento Cidadão do território, sempre confiando em que o que foi aprovado por lei por essa respeitada Casa será cumprido, tanto pelo Executivo como pelo próprio Legislativo. Infelizmente, não tenho visto isso acontecer. No início desta audiência, o próprio Vereador colocou de uma forma muito estranha que, apesar de todo esse processo de audiência, o Executivo acaba não cumprindo o Orçamento aprovado, sendo que o Legislativo, além de ter o papel de fazer leis, também tem obrigação de fiscalizar o Executivo.

Nesse sentido, acho muito importante dizer que uma lei de 2002, que criou as subprefeituras com o objetivo de descentralizar as políticas e melhorar a fiscalização inclusive pelos próprios munícipes, até hoje não conseguiu ser implementada na sua totalidade. Pelo contrário: o que se vê são grandes retrocessos na centralização de serviços em Secretarias e contratações, em vez de se descentralizar.

Eu gostaria de que esta Casa, de alguma forma, tentasse colocar no Orçamento que as políticas de cultura sejam descentralizadas nos territórios para que possam atender principalmente as camadas que mais precisam, que são os jovens. Aqui no Campo Limpo, quase 22% da população têm de zero a 29 anos e quase 12% da população, de 0 a 6 anos. Então, a

gente vê que cultura é uma forma muito importante de você fazer a inclusão e a distribuição de renda na cidade.

Os equipamentos públicos da cidade são muito centralizados. Ontem o Vereador Suplicy participou – não sei se outros Vereadores tiveram a oportunidade de participar -, mas está disponível no Youtube o Mapa da Desigualdades, feito anualmente pela Rede Nossa São Paulo. Esse mapa mostra claramente como os equipamentos de cultura estão centralizados na nossa cidade. E entendo que mesmo a oferta de programações de cultura também está centralizada na nossa cidade. Então, peço a esta Casa que descentralize esses recursos de cultura para as diversas subprefeituras. Gostaria que a Secretária Aline estudasse uma forma de fazer essa descentralização para que a sociedade civil possa acompanhar de forma adequada a oferta desses serviços de cultura.

- Manifestações simultâneas.

**A SRA. WELLIENNY GOMES BRAVO –** Alô.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) –** Oi. A gente está te ouvindo, mas acho que tem alguém com o microfone ligado. Ainda assim seu tempo já se esgotou há 1 minuto.

**A SRA. WELLIENNY GOMES BRAVO –** Mas eu finalizei. Só para completar, eu gostaria que fosse descentralizada essa programação de cultura com esse Orçamento, que está sendo reduzido. Mesmo com a redução, acho que tem que haver a descentralização para que a gente possa fazer a fiscalização e o acompanhamento de forma adequada. Essa é a minha fala, e conto muito com a Casa Legislativa para que efetive isso. Obrigada. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) –** Obrigada. Agora, presencialmente, Clarissa Bonvent.

**A SRA. CLARISSA BONVENT –** Bom dia. Dá para ouvir bem? (Pausa) Ainda é bom dia porque ninguém almoçou. Estou aqui representando o Grêmio da Escola Municipal de Música. Vou reiterar um pouco do que já foi dito, mas trazer também alguns outros elementos que nós gostaríamos que fossem considerados.

Sabemos que o Orçamento é o combustível para a condução de uma política. Por isso, nessa audiência, gostaríamos de reiterar alguns elementos de interesse dos estudantes, a serem considerados na elaboração das peças orçamentárias de 2023.

A Escola Municipal de Música, como já foi dito, está entre as instituições de ensino musical mais renomadas da América Latina, com diversos músicos influentes dentro e fora do País, que passaram pelo Municipal e levam o nome do Brasil para o mundo. No entanto, a escola tem atuado sob condições adversas. E, para garantir que possa entregar muito mais à população de São Paulo, precisamos de melhores condições estruturais e maior valorização dos trabalhadores das áreas de formação do Complexo do Theatro Municipal.

O processo de transferência do Municipal para a Praça das Artes não se deu de forma participativa. A comunidade escolar não foi ouvida sobre suas necessidades de estrutura. A consequência da ausência de participação popular é, necessariamente, a má gestão do recurso público, que acaba não atendendo às necessidades. Por isso, hoje estamos aqui ocupando esse espaço para a construção de um Orçamento que olhe para as políticas de educação e formação em música de forma coerente com a potencialidade estratégica que elas têm.

Atualmente, temos um prédio que é um lindo projeto arquitetônico e urbanístico, mas continua não atendendo às demandas escolares dos alunos. Não temos espaço suficiente para estudar, não existem espaços de convivência compatíveis com o número de alunos, funcionários e professores, promovendo um ambiente onde haja troca e onde seja possível fazer uma refeição. Não foi pensado um espaço para ser vivido, habitado. É lindo, mas não foi pensado para ser habitado.

Além disso, a falta de manutenção também prejudica o desenvolvimento das atividades. O prédio não possui circulação natural de ar, de forma que a manutenção do ar-condicionado é requisito básico para boas condições de aprendizado.

Posto isso, gostaríamos de solicitar maiores informações sobre o plano de ação da Secretaria para o prédio anexo e as estruturas inacabadas da Praça das Artes durante o ano de



2023. Reiteramos que a formação não deve ser apenas um adendo em meio às atividades do Complexo do Theatro Municipal; a formação é o principal caminho para uma maior democratização do Complexo. Como foi dito, é muitas vezes através das escolas de dança e música que os jovens das periferias conseguem acessar esse equipamento. Aqui, acho que, de ex-Guri, hoje, tem eu, ela, uma galera. Então, esse é o caminho para uma maior democratização desse equipamento. Por isso exigimos que o recurso seja direcionado a condições mínimas para o aprendizado, desde o direito a um espaço suficiente para estudo até a remuneração minimamente digna do corpo docente.

Muito obrigada pela atenção de todos. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Clarissa.

A Praça das Artes é privatizada? Depois o Danilo responde. Janaina Leite dos Santos. (Pausa) Massimo de Matteo. (Pausa) Denilson. (Pausa) José Manuel Jorge dos Santos. (Pausa) Maria Fernanda Riscali de Lima Moraes. (Pausa) Caroline Conceição. (Pausa) Michele Andrade. (Pausa) Tem a palavra.

**A SRA. MICHELE ANDRADE** – Boa tarde a todos, todas e todes.

Sou Michele Andrade, faço parte da rede LiteraSampa, uma rede de bibliotecas comunitárias de São Paulo. Quero dizer que sou contra o corte do PMLLLB, Lei 16.333/2015, que institui o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca.

Danilo, você trouxe sobre as bibliotecas públicas, eu queria me dirigir a você. É ótimo a gente saber das bibliotecas públicas. Queremos dizer que somos a favor e queremos muitas outras bibliotecas públicas. Entendemos a importância desses espaços. Mas não são só elas que existem, não são somente essas 54 bibliotecas públicas que existem na cidade de São Paulo. Estamos falando, quando falamos de bibliotecas, estamos falando especificamente das bibliotecas comunitárias e são dotações diferentes.

As 54 bibliotecas que a Secretaria Municipal de Cultura acompanha não é o suficiente para atender os bairros, principalmente os bairros que estão nas periferias. E, segundo uma

pesquisa feita, ainda antes da pandemia, pela USP, temos o dobro de bibliotecas comparadas às públicas. Um milhão é muito pouco para as demais bibliotecas comunitárias que temos espalhadas por São Paulo.

Danilo, nos reunimos com o Vinícius, da Secretaria Municipal de Cultura e ele disse que não tem recurso para 2023. Além disso, não está na PLOA. Por que o corte da Lei 16.363 que instituiu o PMLLB se é lei e as bibliotecas comunitárias estão asseguradas dentro do eixo específico para as bibliotecas? O compromisso, Danilo, é vocês fazer essa mudança na PLOA, garantindo um milhão? E o valor desse recurso desse ano, queremos saber, e também o que foi feito com o valor do recurso desse ano. Um milhão não dá conta. Cinco milhões seria o mínimo para conseguir abarcar essas bibliotecas, até porque as bibliotecas comunitárias espalhadas pela cidade de São Paulo não são só 18 bibliotecas que constituem a Rede Libera Sampa.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Concluindo, por favor. (Pausa) Pedi para concluir, por gentileza.

**A SRA. MICHELE ANDRADE** - Para concluir, somos mais de cem bibliotecas. Como vai ficar? Como estamos? Precisamos de uma resposta mais clara, claro não, bom né? Porque já percebemos que em todos esses anos de fórum o que é claro nem sempre é bom. Então queria entender se ficou escurecido isso na sua mente. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Teles Rios, do Fórum Hip Hop, ONG 13 da Sul. São 14 inscrições, se acelerar a Mesa agradece.

**O SR. TELES RIOS** - Bom dia ou boa tarde, já? Quero agradecer a Deus em primeiro lugar, porque é quem nos dá condições de estarmos aqui. Quero cumprimentar o Sr. Jair Tatto em nome de todos os Vereadores e cidadãos da cidade de São Paulo. Um abraço a todas, todos e todes.

Represento o Fórum de Hip Hop com meu amigo Pirata, que não é de hoje que a gente vem nessa luta. Como eu tenho tido alguns problemas pessoais, larguei minha mulher, agora, com um tumor no cérebro, no Heliópolis, para poder estar aqui falando em nome dos jovens.

Tenho dois filhos, um deles tem 24 que está formado, graças a Deus. O outro tem 14 anos que está numa boa escola. Não é uma escola particular, é pública. Mas eu conceituo como um bom ensinamento. Sempre estudei em escola pública. Acho que todo mundo deve estudar em escola pública. É um direito do cidadão e dever do Estado.

Vim falar em nome do Fórum Hip Hop MSP que vamos solicitar ao Relator da Comissão, Dr. Sidney, a inclusão dos valores nas rubricas para efetivação da política pública cultural da cidade de São Paulo.

A primeira é no valor de 3,988 milhões que é para o Mês do Hip Hop quando, aliás, não tem sido executado nada. Se vocês falarem para mim que está sendo executado alguma coisa no Mês do Hip Hop vou dizer que é mentira, ou alguém pessimamente mentiroso. Por quê? Porque faço parte, já há bastante tempo, do Fórum, meu irmão é um dos maiores rappers do Brasil, junto com alguns outros grupos que têm por aí. Meu irmão é ex-presidiário, virou *rapper*, hoje é um dos maiores rappers do Brasil Nós lutamos muito. As nossas músicas sempre falam da melhoria para os nossos jovens. Por isso, estou aqui reivindicando principalmente essa rubrica.

Temos mais outras rubricas, virando aqui a telinha do celular, vamos ver se consigo enxergar, 500 mil para cada Casa do Hip Hop: a Oeste, a Leste, a Sul, e a Central também. Ainda temos uma rubrica de 1,250 milhão, só não colocaram aqui para onde, mas vamos lá, Sistemas Siames e Saraus Periféricos, 2 milhões. Há algumas outras rubricas que estão aí que o nosso Fórum do Hip Hop sempre está colocando.

O que eu queria dizer para vocês é o seguinte: tivemos uma vida sofrida; vim da Bahia com 2 anos; estou com 53 anos, estou em São Paulo há 51 anos; meu irmão teve essa situação aí, mas, hoje, é o segundo maior Rapper do Brasil, se formou em Direito. Então o que lutamos é pelos nossos jovens.

Estou lutando pelos meus dois filhos, jovens. O que não me conformo é de estar fazendo o máximo pelos meus filhos, mas ao nosso redor, há vários jovens das mesmas idades e ninguém está fazendo nada por eles. Eles talvez nem tenham pai, nem mãe, vivem com a vó,

são abandonados, é não sei o quê, é não sei o que lá.

Então não adianta vocês educarem seus filhos, não adianta você dar um carro blindado, um terno para ele, o que vai acontecer no final? Se a gente não cuidar dos outros jovens ao redor deles? Eles vão ficar com inveja, vão achar que nosso filho é filho de playboy e roubarão e poderão matar nosso filho. Vamos, então, olhar ao redor, porque Graças a Deus os nossos filhos estão cuidados, mas precisamos lutar por esses que estão ao nosso redor. Sei que todos têm filhos, se não têm, terão um dia, ou talvez tenham um sobrinho. Vamos lutar pelos nossos jovens para que eles nos respeitam também, lembrando que os jovens de hoje nem estão respeitando ninguém com cabelinho branco. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Obrigado.

Sra. Maira Pimental, conseguiu a conexão? Maira, três minutos.

**A SRA. MAIRA NEVES PIMENTEL** - Olá, bom dia a todas, todos e todes.

Eu me chamo Maira Pimentel e assim como os meus colegas que já se pronunciaram, faço parte da Escola Municipal de Música de São Paulo.

Venho me pronunciar nesta Casa a favor do reajuste salarial em 2023 dos professores dessa instituição que há mais de dez anos não têm seus salários reajustados. Isso é um absurdo. São profissionais de excelência que não têm seus valores devidamente reconhecidos.

Então, pela Cultura! Pela Escola Municipal de Música de Dança de São Paulo, reajuste salarial em 2023! Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Obrigado, Maira. Rapper Pirata. (Pausa) Não sei se anunciei o Vereador Gilberto Nascimento. Ele estava conosco de forma on line. (Pausa) Anunciou? Okay, obrigado. Pirata, depois a Tainara Sabrine.

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Há microfones ligados. Por favor, desliguem seus microfones. Segue Pirata.

**O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (RAPPER PIRATA)** - Então, não há o conflito.

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

**O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (RAPPER PIRATA)** - Agora sim, vamos lá. Não há um conflito da periferia com a Escola de Música. Não é isso que estamos discutindo. É perverso colocarmos um debate tão importante entre nós, que discutimos a política periférica, principalmente para o acesso a todos, é perverso colocar como se tivéssemos conflito com vocês. Nós não temos esse conflito. Isso é falso. Quem está vendendo isso para vocês é alguém que está querendo garantir alguma coisa que não sabemos o que é.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (RAPPER PIRATA)** - Tranquilo. Também não estou falando para você, estou falando, assim, que somos a favor de vocês estarem, mas não só vocês. Queríamos que estivessem, veja, nós falamos muito do Teatro Municipal, mas em São Paulo tem 9 teatros municipais.

O que tem de ter na cidade de São Paulo é a estrutura do Teatro Municipal nos 9 teatros municipais. Isso é o que tem de rolar e isso não acontece na Cidade. Não há avanço nisso, porque tanto a música clássica é importante quanto outras músicas também são. Somos do mesmo rolê. Estamos falando de direitos do cidadão.

Então só para reforçar, somos a favor que tenha a escola, mas que tenha mais: que tenha na zona Sul, em Parelheiros. Queremos que todo mundo esteja nesse rolê, nós que somos da Cultura.

E só para eu não me estender, pois já vim defender outras pautas, mas tenho uma que é importante ainda. Os dados estatísticos da cidade de São Paulo falam em 16 mil, tem uma política que vai sair agora e vai mostrar como 46 mil, mas há mais 50 mil pessoas em situação de rua. E lá se faz cultura, porque a pessoa em situação de rua é um ser humano como todos nós e aconteceu alguma coisa na vida, mas a Arte nunca vai sair do seu fazer, e aí a Secretaria de Cultura, pede um monte de documentos e blá-blá-blá, para uns e para outros não. Então precisa ter políticas voltadas para a população em situação de rua em São Paulo, pois tem muitos artistas em situação de rua.

Tem muito músico que, se vacilar, participou da Escola de Música, a vida perversa, porque se pegarmos os históricos, principalmente dos músicos pretos no País, um monte desses músicos importantes foi para as ruas. É só pegar os históricos. Por isso precisamos dessas políticas, eu não achei políticas voltadas para a população em situação de rua.

E mais uma coisa que eu queria terminar, que é que mais me incomoda. Tem vários eventos na cidade de São Paulo. O dinheiro é público. Qual é a porta de entrada? Como que nós participamos? Eu não sou o Zé das Pitangas e daí não participo? Porque não tem edital, daí quando lançam uns editais, muito fracos para nós, daí se o cara pega a emenda, os caras pedem 50 mil tipos de documentos, mas outros entram mais facilmente. Por isso eu gostaria de ver aquela garota, mesmo que esteja se formando, gostaria que a Secretaria de Cultura observasse e desse acesso a ela se apresentar, porque vai entender ainda mais a aula dela, ok? Suave Hip Hop. (Palmas)

---

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - E essa garota ainda, Danilo, se me permite, não é possível pedir a ela uma nota fiscal, três notas fiscais das últimas apresentações dela. (Risos)  
Mas é sério (Palmas)

**O SR. DANILO NUNES DA SILVA** - Presidente, é por isso que foi criada a Portaria 32, mas depois eu falo.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Sim, claro, mas que está doído, está. Tainara Sabrine, Coletivo Articula JMC. (Pausa)

**O SR. LEONARDO** - Olá, bom dia a todos, todos e a todes.

Sou Leonardo, sou Jovem Monitor Cultural, também estou finalizando o programa Jovem Vocacional e a minha presença aqui é, na verdade, simbolizar a movimentação pública e política dos jovens monitores culturais do Município de São Paulo.

Vimos, hoje, pontuar um período de aumento orçamentário para a realização do programa, pensando que, por mais que tenha sido, 12,535 milhões, ainda se faz insuficiente esse aumento porque houve um crescimento de muito mais jovens no programa. Com o aumento de jovens no programa também temos de ter um acréscimo para efetivar a qualidade do

programa para esses jovens.

Também vim simbolizar o Grupo Articula (Pausa). Desculpem estou um pouco nervoso, sou iniciante nas atividades aqui na Câmara, então um pouco nervoso com o ambiente.

Temos um PL encaminhado no qual, através de pesquisas e estudos, justificamos o aperfeiçoamento do programa para que seja possível o orçamento previsto que seria de 20 milhões. Esse orçamento de 20 milhões seria para abarcar essa qualidade e efetividade até do Programa Jovem Monitor Cultural, porque sabemos da defasagem e também o desmonte que está acontecendo na Secretaria de Cultura com os equipamentos públicos em si, tentando ainda fazer uma troca do trabalho desses equipamentos pelos jovens monitores. Mas é justamente onde os jovens monitores acabam sobrecarregados e cuidando sozinhos desses equipamentos.

Então, assim, por mais que o programa é para abarcar os jovens, o programa é para os jovens, é tudo para os jovens, mas o programa também está, como algumas edições anteriores, impulsionando, na verdade, prejudicando a saúde mental desses jovens. Se o programa é para os jovens, ele precisa ser bem cuidado, trazendo efetividade e qualidade, aumentando, portanto, esse orçamento para ele.

E também porque muitos dos jovens estão morando sozinhos e estão comprando, nos seus lares, as necessidades de suas casas, são os principais provedores. Portanto, o subsídio é pouco, porque eles estão morando sozinhos e não têm condições necessárias para que eles continuem no programa. Muitas vezes eles precisam fazer outros freelancers para poder continuar atuando no programa.

Mais uma vez peço desculpas pelo nervosismo, mas a minha movimentação é basicamente representar os jovens e pedir um orçamento maior para o programa, além de buscar efetividade para que esses jovens não saiam do programa futuramente.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Bacana, Leonardo.

**O SR. LEONARDO** - Vamos continuar agindo pelos jovens e efetivar a qualidade dos recursos para eles. Basicamente é isso, obrigado, desculpem pelo nervosismo. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Tudo bem, Leonardo, imagina. Sr. Samuel

Pompeu. Depois, o Sr. Ivan Ferreira.

**O SR. SAMUEL POMPEU** - Bom dia a todos, a todas e a todes. Estou aqui, hoje, representando um coletivo de 135 professores ligados à Escola Municipal de Música e a Escola Municipal de Dança.

Quero reforçar o que outros colegas já disseram, há pouco, que as duas escolas que estou representando são responsáveis pela capacitação de instrumentistas, cantores e bailarinos, cuja performance de excelência proporcionada pela qualificação que eles recebem nessas escolas vêm garantindo a esses alunos acesso aos principais palcos do Brasil e do mundo.

Tenho em mente que, na maioria das apresentações artísticas como, por exemplo, concertos de todos os tipos ou óperas, feitas não apenas na cidade de São Paulo, usualmente há alunos, alunas ou ex-alunos e ex-alunas das escolas que estou aqui representando.

Apesar de uma sensível melhoria em relação à nossa infraestrutura, como já foi dito, que aconteceu em 2012, desde então o projeto de implementação das células artísticas da Fundação Theatro Municipal está paralisada.

De fato, como outros colegas já ressaltam aqui, desde 2012, por exemplo, não recebemos nenhum tipo de recomposição monetária para os nossos vencimentos.

Aproveitando que o valor de nossos vencimentos foi exposto nessa sessão, acho importante, então, destacar que esses valores estão, em média, defasados em 50% quando comparados a qualquer outra grande escola de artes da Cidade ou do Estado de São Paulo. Esses dados surgiram não de forma aleatória, mas de um levantamento realizado pela própria diretoria de formação da Fundação Theatro Municipal.

Temos de reconhecer também que essa demanda já está sendo discutida com o senhor diretor da Fundação Theatro Municipal que, aqui, se encontra, o Sr. Danilo Nunes, porém, também preciso destacar que essa questão vem esbarrando em constantes mudanças na Pasta da Secretaria de Cultura, e conseqüentemente, na Fundação Theatro Municipal. E daí surge a importância do envolvimento das comissões ligadas à Cultura, aqui desta Casa, a Câmara



Municipal dos Vereadores.

Então, para além de ressaltar a importância das escolas de dança e de música, que já foi muito bem-posta aqui, quero ressaltar que é o desejo de todos, Corpo Docente, e de toda a comunidade representada pelos alunos das escolas, como vocês também puderam notar aqui, que a implantação do projeto da Fundação Theatro Municipal seja, definitivamente, concluída e que as escolas de dança e de música tenham, finalmente, uma justa recomposição salarial, por meio dos necessários ajustes na Dotação Orçamentária dedicada à manutenção desses corpos artísticos.

Quero finalizar, fazendo uma pequena correção e complementação à informação pelo Sr. Diretor da Fundação Theatro Municipal: salvo alguns casos isolados de professores, que foram concursados, nós nunca tivemos nenhum tipo de respaldo trabalhista legal. Eu, por um acaso, estou na escola já há 16 anos, mas há alguns professores que estão há 30 anos trabalhando sob um regime de contratação totalmente irregular. Sendo assim, o que nós propomos e precisamos entender é que essa não é uma situação que surgiu apenas há dez anos; essa é a forma como as escolas são geridas desde sempre.

Eu quero concluir dizendo que, além deste debate, é superimportante que todas as formas de arte tenham espaço para se manifestar, e agradecer pelo espaço que vocês estão dando para a gente.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra o Ivan Ferreira.

**O SR. IVAN FERREIRA** – Desde o incidente, no passado, eu sempre tiro a máscara para não ter complicação sobre o que a gente fala ou deixa de falar.

Primeiramente, eu quero parabenizar o Vereador Tatto e, na sua pessoa, todos os mandatos que compõem a Comissão. Mais uma vez, mais um ano, nós, os trabalhadores da cultura, estamos ocupando este espaço. Eu sou o Ivan, assessor do Vereador Professor Toninho Vespoli e eu aqui representando-o, mas já acompanhava as audiências públicas do orçamento da cultura e de outras temáticas há muitos anos, e a maior prova de que, por mais que esteja um

pouco esvaziada, esta audiência é uma vitória é que esta é a segunda audiência, já que uma só audiência não deu conta, apesar de ser a Cultura uma Pasta que, muitas vezes, não conta com sequer um por cento do orçamento que chega a 90 bilhões.

Há dois dias, na terça-feira, aconteceu audiência da temática Educação e Esportes, e o Presidente desta Comissão, o Vereador Jair Tatto, falou na cara do Secretário Padula sobre os dois relatórios do Tribunal de Contas do Município, que constatou que a Secretaria de Educação não cumpriu o mínimo por lei, os 25% do orçamento, e usou apenas 22,8%. Dois por cento não usados podem parecer pouca coisa, mas é mais do que o orçamento da Cultura. O Presidente Tatto também jogou na cara do Secretário que somente neste ano a Secretaria de Educação teria que executar, até dezembro, cinco bilhões de reais – isso não sou eu falando, é o Tribunal de contas do Município –, e o Estado não tem condição de liquidar cinco bilhões de reais em menos de um mês, e a gente sabe que ainda haverá o recesso.

A gente está falando de um ente, no caso, o Município de São Paulo, que, apesar de ter um caixa com mais de 20 bilhões, está diminuindo o orçamento de várias Pastas, inclusive a da Cultura, que foi o setor mais prejudicado na pandemia, o que primeiro parou e o que por último está retornando com muitas dificuldades. A apresentação do orçamento da Cultura foi pífia, mas a gente tem que ficar, vamos dizer, nos conformes.

Para quem não nos conhece, o Vereador Professor Toninho Vespoli é nascido e criado em Sapopemba e seu mandato é popular e defende toda a pauta que já vem sendo acumulada por anos e anos pelos movimentos culturais das periferias, que é de três por cento para a Cultura e um e meio para a periferia.

Antes de concluir, sobre o Fórum do Reggae, do qual eu e Fofão somos membros e em cujas reuniões nós comparecemos mensalmente, eu gostaria de dizer que não pôde estar hoje presente o Gustavo Xavier, que falaria pelo Fórum do Reggae, que está pedindo cinco milhões para a Lei 17.805, a Lei do Reggae, aprovada neste ano, que não tem dotação – porque, às vezes, está no papel, mas não é executada – e mais três milhões para a criação do Centro de Culto de Referência da Memória Reggae no Município de São Paulo.

O Dia Municipal do Reggae vai ser comemorado no dia 11 de dezembro, no Memorial da América Latina, e seria muito importante que a Secretária Aline estivesse presente. E por que que o Dia Municipal do Reggae, que é 11 de maio por lei aprovada nesta Casa, de autoria do Vereador Alfredinho e de coautoria do Vereador Professor Toninho Vespoli, nunca pode ocorrer nessa data? Porque maio é o mês que ocorre a Virada Cultura, e todo mundo da cultura sabe que a Virada demanda o que a Secretaria às vezes nem tem, que é capital humano.

A gente sabe que o pessoal da escola está comentando sobre os 30 anos de contratos precarizados de terceirização e ainda estão roubando, confiscando até salários de servidor público. Mas no Estado já caiu e no Município vai cair de novo.

A gente agradece o empenho da Comissão.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Vou passar a palavra para a Vereadora Elaine, que terá que ir sair para encontrar o Relator, que está trabalhando duramente, repito, com relação às emendas que chegaram.

Tem a palavra, Vereadora Elaine.

**A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO** – Antes de sair, eu gostaria de perguntar ao Danillo sobre uma fala específica a respeito do Plano Municipal de Cultura, cujas metas você falou que estão seguindo. No entanto, a informação que a gente tinha era de que não e de que inclusive o Plano tinha sido publicado, mas não estava sendo seguido. Por isso, eu queria confirmar essas informações sobre o Plano, até porque já está chegando ao prazo final do Plano. Então, gostaria de saber se vocês realmente estão seguindo as orientações do Plano e se ele está publicado, porque ele também não está nas bibliotecas municipais. Não sei se foi publicado recentemente, mas não estava nem na biblioteca nem publicado.

Era só essa pergunta. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Vereadora Elaine. Pode ir lá que nós aguardaremos.

**A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO** – Sim, mas a equipe do Quilombo

está aqui e eu já volto.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – V.Exa. está bem representada.

Tem a palavra o Clayton Fofão.

**O SR. CLAYTON FOFÃO** – Bom dia a toda, todos e todes.

Primeiramente, na figura do Presidente Jair Tatto, saúdo os membros da Mesa, na figura do Presidente Jair Tatto, e em especial a Elaine Mineiro – salve Quilombo Periférico! – e também o pessoal da Secretaria.

Eu vim aqui trazer a solução de todos os problemas desta Casa, que vem debatendo a área da cultura. É só aumentar o orçamento para três por cento que a gente resolve o mínimo das demandas das coletividades, de diversas pautas. (Palmas)

Um e meio por cento para a periferia já minimiza o sofrimento de toda a população da cidade de São Paulo. Eu acho que é fácil de resolver se esta Casa tiver boa vontade na questão do orçamento e entender a importância da cultura para a cidade de São Paulo, porque é uma vergonha esse orçamento para esta cidade, que é uma grande referência em questão de manifestação artística, e a gente vir aqui pedir esmola para a Prefeitura para poder se manifestar, que é um direito do ser humano, mas que está sendo castrado, ainda mais na nossa comunidade periférica. (Palmas)

Também quero falar para a Secretaria que não adianta a gente lutar pelo orçamento e não ser executado todo o recurso. Todo ano, a gente vem aqui brigar, mas a verba não é executada. Então, por favor, vamos pensar na reestruturação da Secretaria, porque é uma vergonha não ter funcionário para trabalhar e executar a verba, que é dinheiro público da Cidade, uma das maiores do mundo, mas sem pessoas para executar minimamente as verbas para a sobrevivência das nossas comunidades, das nossas manifestações artísticas, que é o que a gente deveria estar discutindo.

Então, por favor, reconheçam e façam valer as nossas pautas: a Comissão de Cultura, uma luta histórica, e o Fundo de Cultura. Além disso, também temos que pensar nas audiências públicas descentralizadas que a Subcomissão vem fazendo, porque para vir para o

centro é muito difícil. Que vão vocês para a periferia para reconhecer a nossa realidade. (Palams)

Vamos discutir também o orçamento para o fomento à periferia, que abarca todas as linguagens. Desde a luta da aprovação dessa lei, o mínimo era de 20 milhões de reais para discutir o fomento à periferia, mas essa pauta nunca chegou e só diminui. É um calabouço imposto à periferia.

Outra coisa que eu trago é pauta dos blocos de ocupações. Infelizmente, a Secretária no reconhece esses espaços, que são ocupados por coletividades culturais nas periferias, porque não existe essa demanda de espaços onde podem ser executadas as nossas manifestações artísticas.

Eu venho da região Noroeste e, em Perus, Jaraguá e Anhanguera, não tem sequer uma Casa de Cultura para uma população de quase 500 mil pessoas. É vergonha não ter uma Casa de Cultura na região para o processo de formação desses jovens da nossa comunidade.

Eu quero ressaltar que são cinco milhões para a promoção dos blocos de cultura. Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Informo a presença do Relator, Vereador Dr. Sidney Cruz.

Tem a palavra o Fernando Ferrari Cardoso.

**O SR. FERNANDO FERRARI CARDOSO** – Salve, salve, família! Boa tarde a todos. Eu me chamo Fernando e faço parte do Coletivo Grafishow, que representa a periferia da zona Sul de São Paulo e venho aqui falar por todos nós da sociedade civil da periferia e reforçar ao Poder Público os nossos pedidos. Eu acho meio por cento para a periferia e três por cento para a Cultura muito pouco; e é muita burocracia para muita coisa que a gente precisa.

Eu saí para fumar um cigarro e espairecer um pouco e encontrei um amigo que está trabalhando e, assim como ele, muitos que estão trabalhando gostariam de estar aqui representando. Eu acho que falta muita informação, e é preciso que haja mais trocas de informação, mais pessoas. Como foi falado aqui, a gente está no centro. Vão para a periferia procurar as pessoas, os líderes comunitários e os coletivos que realmente estão precisando de

um suporte que nunca chega. É muita burocracia. Poxa, eu preciso provar que eu fiz uma apresentação na pandemia. Nossa, é tanto absurdo. Essa burocracia precisa ser eliminada, e esse valor tem que ser revisto, porque três por cento é muito pouco.

A cultura forma o caráter de uma pessoa. Então, chega de pessoas sem caráter. Vamos olhar por nós. Eu vou dar um exemplo: hoje, na periferia, os pais são ausentes e são os avós que cuidam das crianças. Mas como o caráter de uma criança vai ser formado se ela não tem acesso a um lazer, a um esporte? Nos espaços públicos, não tem manutenção, não tem um lazer, não tem nada. Por isso, eu luto e brigo para que os espaços públicos sejam mais bem olhados e que sejam ocupados por nós. A gente precisa de mais cultura e lazer para que a gente tenha uma razão de viver. Chega de pegar ônibus lotado para ir para o trabalho, trabalhar, 20, 30 anos da vida e depois se aposentar e fazer nada. Não! A gente precisa viver a vida, a gente precisa de cultura, que faz parte da nossa formação. Chega de zumbis no necrotério dos vivos. Vamos viver, gente, e vamos rever esse orçamento, porque três por cento é muito pouco.

Eu acho que tem que ter muito mais e que esse fomento seja distribuído de forma certa, que chegue aos lugares que precisam, porque sempre prometem valores, mas eles nunca chegam ou chega muito pouco. Tem que ter muito mais para que a gente possa realmente valorizar a cultura, para que a gente possa ter cultura, para que a gente possa ter formações.

É isso aí, pessoal. Boa tarde a todos. (Palmas)

- Assume a presidência a Sra. Elaine do Quilombo Periférico.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigado, Fernando.

Tem a palavra a Mara Esteves.

**A SRA. MARA ESTEVES** – Boa tarde a todas, todos e todes.

Meu nome é Mara Esteves e hoje eu estou assessora parlamentar da Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, mas são 20 anos de atuação em produção cultural, com foco em livro e leitura.

A minha fala é para reiterar o que os movimentos culturais da cidade de São Paulo já vêm solicitando há mais de uma década. Vamos começar pela Conferência do Plano Municipal

de Cultura; são dez anos sem conferência. Eu peço que a SMC deu uma atenção especial às reivindicações feitas na Conferência Popular de Cultura de 2021, porque, já que não houve uma conferência institucional, os movimentos culturais se organizaram e fizeram uma conferência com quase todos os movimentos culturais da Cidade, com uma ampla participação, e é legítimo que a gente dialogue a partir de espaços de participação popular.

Aproveitando isso, quero reivindicar que a gente tenha uma atenção especial na criação de um Conselho Municipal de Cultura Deliberativo, assim como os movimentos culturais vêm pedindo nas reuniões da Subcomissão de Cultura e nas audiências externas que o mandato tem encampado dentro dos territórios periféricos. E lembrando que a gente dialogou sobre isso durante dois meses na Subcomissão de Cultura, e a resposta foi que o Conselho seria consultivo, e agora me espanta dizer que a gente vai ter mais uma reunião com essa temática. Por isso, a minha pergunta é se nós vamos decidir realmente, assim como os movimentos culturais solicitam para nós, porque a gente tem que aproveitar os espaços de participação popular e lembrar que cada pessoa que está aqui hoje gastou no mínimo oito reais e oitenta centavos para estar aqui. Então, a gente precisa entender que esse gasto sai do bolso dos trabalhadores da cultura, que já são precarizados, que não trabalham por amor e sim para pagar o arroz, o feijão, a mistura, a conta de água, a conta de luz *etc.*

Quero também reivindicar a retomada de algumas dotações orçamentárias, o edital de mestres e griôs, de ocupações culturais, de bibliotecas comunitárias, de feiras literárias, todas alinhadas ao Plano Municipal de Cultura e ao Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, que, se não é lei, é decreto e precisa ser respeitado e cumprido pelo Executivo: três por cento para a Cultura e 0,5% para as periferias.

Ontem nós tivemos o resultado do Mapa da Desigualdade de 2022 e, quando se fala de descentralização, nós estamos falando de uma cidade que ela é desigual. Hoje, um dos bairros mais negros da cidade de São Paulo é o Jardim Ângela. Vocês sabem quantas bibliotecas públicas tem lá? Nenhuma. Moema, que é o bairro mais branco, tem no mínimo três. São desses números díspares que nós estamos falando. Parelheiros, onde tem bibliotecas comunitárias, mas

não tem bibliotecas públicas, é o bairro que tem a maior porcentagem de crianças; Alto de Pinheiros, a menor, mas lá tem equipamentos culturais.

Então, é a partir desse olhar que eu peço que a Secretaria de Cultura tenha a sensibilidade ao olhar para a Cidade real que nós habitamos.

Agradeço a todos os Vereadores que compõem a Mesa e a todos os presentes. No dia de hoje. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Tem a palavra a Micaela.

**A SRA. MICAELA** – Boa tarde. Eu estou aqui como uma das representantes da ocupação de moradia e Centro Cultural Ouvidor 63. A ocupação tem oito anos e fica localizada aqui no Centro, na Sé, e foi reconhecida pelo Estado no ano 2018 como ponto de cultura.

Pela característica de moradia, a gente consegue oferecer uma cultura muito diversa, já que lá moram muitas pessoas de toda América Latina. A nossa comunidade é de baixa renda, já que maioria dos moradores de lá é artista de rua, mas, mesmo assim, a gente consegue dar conta da manutenção do espaço e de oferecer diferentes tipos de eventos. A gente fez, com mão de obra própria e tirando do nosso próprio bolso, um teatro que é maravilhoso. Para quem não conhece, se chama Ouvidor 63, onde tem eventos de circo há cada 15 dias e diversas oficinas. A gente também tem um estúdio de gravação de música e um estúdio de tatuagem.

Então, a situação é: se a gente consegue fazer tudo aquilo e a gente consegue que as pessoas que moram lá consigam apresentar, consigam dar oficina e também conseguimos receber diversos artistas de fora, porque a gente abre as portas para todos que querem apresentar e fazemos praticamente sem orçamento, imagina o que poderíamos fazer com um orçamento maior.

Então, estou neste ato como representante pedindo e reforçando os 3% para o orçamento para a Cultura.

É isso. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Muito obrigado.

Preciso dizer que a Karine Stephanie Alves e a Fernanda Pardini Costa,



provavelmente, foram duas trabalhadoras profissionais que ficaram madrugadas adentro como estagiárias. Acho que o Danilo se assustou quando falei de exigir três notas fiscais. Foi a maior contramão da história que já vi na Secretaria Municipal de Cultura.

Sabe onde entendi? Não foi ouvindo vocês, necessariamente, não. Foi através de emendas parlamentares minhas. A minha escola foi as próprias emendas. Então, é contramão da história. Foi o maior absurdo que ocorreu.

Danillo vai explicar que a culpa não é deles. Quando a gente pensou que ia simplificar, aí o TCM determinou então que tinha que ter o contrato de exclusividade registrada em cartório. Percebe a contramão da história.

Então, no momento que não tem mais dinheiro, que o povo está passando fome, que o artista não tem mais para cantar, exigir aquilo que quando ele tinha condição, não precisava? Então, eu guardei. Ficou dentro de mim. Foi a maior contramão da história que já existiu dentro da Cultura.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Isso é outra parte. Se alguém também fez patifaria, que os bons não paguem pelos ruins. Simples e objetivo. Agora, quero aqui fazer o registro dessas companheiras e companheiros que ficaram madrugadas adentro. Sou testemunha. Estagiários trabalhando de graça. Isso tem que ser...viu, Danilo, transmita à Secretária meu recado. Sempre falei nas audiências, nas reuniões da subcomissão, então, por favor, contratem. Abram um concurso específico para a Cultura. Está faltando gente. (Palmas).

Só para concluir, gente para executar e depois falta a gente para fazer os processos andarem para pagar, porque já tá virando 40 dias...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Aí não sei. Às vezes o parlamentar liga lá e pode assustar vocês. A gente pede até perdão que às vezes a gente vai lá e faz gestão em cima de um evento que a gente faz. Então, o erro está meio que generalizado. Quando a gente fala generalizado, a gente também faz *mea culpa* às vezes talvez dos excessos criados por

profissionais artistas.

Então, essa correção ninguém é contra, Danilo. Só para fazer essa observação. Tenho certeza de que o nosso nobre Vereador relator, que falará ao final, também deve ter feito várias reclamações lá, assim como nossa querida Presidente da subcomissão. Vocês, então, muito mais ainda.

Danillo, para as respostas e considerações e, em seguida, o nosso Vereador relator Dr. Sidney Cruz.

**O SR. DANILLO NUNES DA SILVA** – Presidente, só uma amenidade. Sabe como é que eu me refiro a essas duas, principalmente à chefe Karine? Costumo dizer que elas têm metade da minha idade o dobro do talento. Às vezes, tenho até vergonha de ser o chefe delas tamanha dedicação e tamanho talento.

Primeiro ponto nessa última rodada que me chamou atenção e é recorrente. Há tentativas de se criarem editais específicos, notadamente já com a previsão na lei orçamentária para a determinadas linguagens culturais ou áreas da cultura, por exemplo, cultura gorda, circo – embora haja edital todo ano de fomento ao circo - acredito que o caminho nesse tema seja pelo debate. Realmente, não surgem soluções muito céleres, mas paulatinamente ocorre mudança. O exemplo que demonstra isso é o recente edital do samba. Há tempos havia esse debate, esse pleito e, finalmente, surgiu o primeiro edital dessa área.

Novamente, sobre a Fundação Theatro. Parabenizo os nossos aprendizes que não só são bons na arte, mas também na articulação. Demonstraram muita razoabilidade na fala. Na fala deles destaco dois pontos. O primeiro, o fato de muitos dos nossos alunos serem da periferia. Esses comentários sobre o elitismo do Theatro, alguns são fundamentados porque parte do orçamento destinado, aliás a maior parte do orçamento é destinada a parte de espetáculos e não a formação. Como as atividades, por exemplo, de ópera, de Orquestra Sinfônica, não são tão difundidas quanto outras músicas, por exemplo, rock and roll, samba, pagode, sertanejo surge essa ideia de que é um lugar elitista, mas não é. Então, essa fala dos nossos aprendizes é muito importante.

Sobre a infraestrutura predial. A Praça das Artes é a sede administrativa do Theatro e alguns eventos culturais acontecem lá. A Praça das Artes tem dois prédios. Um está completado. A ideia em 2023 é terminar o segundo prédio que vai trazer novos espaços, inclusive para uso por parte dos aprendizes. Os recursos para essa obra foram pleiteados ao Fundurb. Muita dedicação. Karine, estão previstos, agora, é esperar que a obra transcorra dentro do cronograma.

Sobre a infraestrutura atual, que é o prédio que eu disse que já está completado há alguns meses, a diretoria de formação que é o órgão de cúpula das escolas da Fundação fez uma pesquisa com alunos e professores. Não me recordo de ter recebido comentários contundentes sobre a infraestrutura. Houve, sim, críticas. Por exemplo, ar condicionado. Tivemos problemas recorrentes com ar condicionado, mas nada que apontasse uma inadequação do edifício.

Tema de carnaval. Está em trabalho o edital de trajetória dos blocos de rua com pouco mais de quatro milhões de reais. Pode ser que não atenda a grandeza do tema, a grandeza de blocos, mas é uma iniciativa pertinente tomada com reverência a essa área e aquele assunto de sempre, Presidente, para colocar mais recurso numa certa área, tem que tirar dos outros. Então, dentro desse balanceamento necessário, acho que a Secretaria de Cultura tem tido razoável êxito.

A dita Portaria 32. Alguma colega, acho que foi online, ressaltou a necessidade de revisão da Portaria. Então, primeiro, ressaltar a essência da Portaria 32. Ela foi produzida justamente para tentar contemplar o artista que não consiga comprovar a consagração artística - todo aquele rol documentos, ser aprovado pela comissão de pareceristas. Então, foi feita uma pesquisa de preço em algumas linguagens culturais para balizar os valores das contratações e o artista que se enquadrar nesses valores não apresenta as três notas fiscais e não se submete à comissão de pareceristas. Está sob revisão essa Portaria com o intuito de revisão de valores e inclusão de linguagens culturais. Ela não é a solução plena, mas é uma iniciativa que se mostrou produtiva e exitosa.

Então, embora a maioria das contratações não seja feita ainda pela Portaria 32, um número considerável já é feito com base nela.

A situação do Vale do Anhangabaú. Recebo muitos e-mails e, às vezes, ofícios sobre eventos que causam muito barulho lá no Anhangabaú, inclusive minha sala fica voltada para o vale e, às vezes, realmente, chama atenção. Só que o Vale está concedido e a concessionária tem direito de realizar eventos. Então, dentro do que o contrato de concessão permite, ela faz suas atividades. Não tem muito que se possa fazer nessa área.

Outro ponto importante: a descentralização da cultura. Esse é assunto permanente na Secretaria: prestigiar as periferias, levar a cultura para todos os pontos da cidade. Os destaques que eu gostaria de fazer: centros culturais, teatros e casas de cultura são ótimos exemplos de oferta cultural para os nossos cidadãos e cidadãs não só nos fins de semana. Tem evento, tem atividade, tem oficina nos outros dias da semana. Se o intuito for procurar por uma atividade diferente, por exemplo, adquirir cultura numa unidade dos museus, aprender sobre a história tem também disponível. Nas bibliotecas, também tem atividade cultural disponível.

Então, claro que esse assunto chama sempre atenção, mas a Secretaria de Cultura tem, na medida do possível, utilizado o fato de ter muitos edifícios espalhados pela cidade para tentar tocar seus diversos pontos.

Mais um destaque nesse tema: o Circuito Municipal de Cultura com quase 13 milhões de reais investidos na contratação de atividades, inclusive nos CEUs, para potencializar... não só colocar programação nos equipamentos de Cultura, mas também nos CEUs com a Secretaria de Educação.

Novamente, sobre as bibliotecas comunitárias, reconheço o recurso deste ano não foi executado, é verdade, mas existe, sim, a tentativa concreta de se executar em 2023. Eu compreendo que o montante não seja suficiente. A colega que se expressou falou com razoabilidade sobre o número de bibliotecas comunitárias, mas, por hora, como uma atividade inicial, como uma tentativa, a ideia é começar a tocar esse tema, tentar lançar um primeiro projeto e aí, pouco a pouco, evoluí-lo.

Mais uma área: *hip hop*, sempre importante. Hip hop sempre com muitos representantes debatedores. O que me chamou atenção na fala de um colega, não sei se ele está aqui ainda, foi sobre o mês do hip hop. Até o fim de outubro, já havia quase 2,5 milhões de reais empenhados especificamente no mês do hip hop, mais de 1.300 contratações. Aí aquele clássico debate: poderia fazer mais? Até poderia, mas também não me parece que esteja pouco atendida essa área.

O Programa Jovem Monitor Cultural, em 2022, o valor previsto foi de 9,5 milhões; para 2023, 12,5 milhões de reais. Então, um incremento considerável para valorizar esse programa que é um dos mais importantes da Secretaria de Cultura. Talvez seja o de maior destaque na área de Formação Cultural.

Novamente, sobre o Conselho de Cultura, é um assunto da maior importância. As autoridades superiores da Secretaria sabem e realmente vai caminhar para mais um debate na Subcomissão de Cultura. De minha parte, espero que a deliberação ocorra porque é evidente o anseio da sociedade. É evidente e é legítimo.

Então, dentro da minha alçada na Secretaria...

**A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO** – Danilo, se você puder falar do Plano.

**O SR. DANILLO NUNES DA SILVA** – Claro, Vereadora Elaine.

O Plano Municipal de Cultura consta do site. O que eu posso fazer dentro de algum questionamento específico tentar prestar elucidações. Ele existe de fato. Ele conta do site. Eu não faria um destaque especificamente nele, mas talvez se fizer um questionamento específico, eu possa comentar algo.

É isso. Agradeço.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Okay, Danilo.

Os companheiros querem fazer alguma observação? Tem a palavra.

**A SRA. CAMILA COELHO DOS SANTOS** – Boa tarde. Queria só complementar.

As respostas foram dadas e queria só complementar sobre as nossas ações na

periferia citando os projetos e os programas que a própria Spcine desenvolve.

Estamos presentes desenvolvendo ações de difusão audiovisual. Temos o nosso programa do Circuito Spcine que também é uma articulação junto com a Secretaria de Educação. Temos os nossos agentes cineclubistas que atuam nos territórios periféricos realizando sessões de cine clube e temos também a nossa plataforma Spcine Play, que foi renovada. Convido todos a conhecê-la e consumir através da plataforma e a nos mandarem demandas para que a gente possa fortalecer todos esses programas.

É isso.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Muito obrigado.

Vereador Dr. Sidney Cruz, relator.

**O SR. DR. SIDNEY CRUZ** – Obrigado, Presidente.

Primeiramente, quero saudar V.Exa.; saudar os Vereadores que acompanham de forma virtual; a nobre Vereadora Elaine do Quilombo; Danillo, que representa a nossa Secretária Aline Torres; Fernanda, assessora e representante da Spcine; Iara de Oliveira. Quero saudar também o pessoal da CTEO, assessoria, todos os representantes dos movimentos coletivos culturais da cidade de São Paulo.

Quero parabenizar o nosso Presidente pelo espírito republicano e democrático que conseguimos marcar a continuidade desta audiência pública. Tivemos a primeira e esta é a segunda audiência pública temática mais do que merecida por conta do engajamento dos ativistas culturais da cidade de São Paulo.

Sr. Presidente, aproveito para reforçar a justificativa da minha ausência no início. Fui chamado para uma reunião com o Executivo. Estar à frente da relatoria do orçamento é um desafio muito grande. Já falei isso também em outras ocasiões. Não estava presente, porém, minha assessoria tomou nota. Reforço que as portas do meu gabinete estão abertas para a gente construir dentro do possível porque a política também é a arte do possível.

Eu também, com a minha parca experiência, Sr. Presidente, vejo e estava conversando agora com a Elaine a respeito da construção de um orçamento, mas um orçamento

não fictício, um orçamento que, de fato, tenha possibilidades reais de execução.

No ano passado, fui da Subcomissão de Cultura junto com Elaine, dois novatos. Ela foi Presidente e eu relator. Construímos, dialogamos e avançamos. De fato, desses avanços, o que foi executado? Então, a gente precisa começar a parar de trabalhar com o mundo fictício e começarmos uma construção real de possibilidades de execução para o ano de 2023. Trabalhar com o mundo real.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. DR. SIDNEY CRUZ** – Isso eu acho que.... Acho que é um avanço. Estamos dialogando para fazer os ajustes necessários. O conselho que será criado já é um avanço. A gente precisa olhar para o copo também e tentar entender o que a gente consegue de fato construir com a realidade.

Estou falando dessa possibilidade real. Não me adianta falar, como relator: “Vamos aumentar no papel tudo”. Porém, de fato, desse tudo, o que vai sair do papel?

Quero trazer números. O primeiro relatório de 2022 encaminhado pelo Governo para esta Casa: quase 616 milhões na primeira votação no relatório construído e conseguimos elevar para 628 milhões. No relatório final, aprovado para 2022, chegamos à casa dos 643 milhões de reais.

Este ano já foi encaminhado um relatório com 651.800 milhões, quase 652 milhões.

Então, quero sinalizar da minha parte que não é fácil porque quando você oferece algo a mais, você tem que tirar de algum lugar. Não tem segredo. São números. Então, quero trabalhar com números reais para não criar falsas expectativas.

Sou uma pessoa que a vida me ensinou. Não sei se ouvi tanto e tantas lorotas por ter saído de uma comunidade, por ter passado por todos os sofrimentos e por ter enfrentado todas as mazelas que todos vocês sabem tanto quanto eu. Das franjas da cidade de São Paulo, dos becos, das vielas, dos escadões, das dificuldades enfrentadas por nossa população periférica preta. Todos nós sabemos a respeito disso.

Então, eu quero sinalizar: da minha parte eu gostaria de trabalhar com a possibilidade

real de a gente aumentar - e estou vendo isso com a equipe técnica -, no mínimo, aí, mais dez milhões de reais com relação a esses números encaminhados. E a gente trabalhar com possibilidades reais de execução, porque não adianta a gente colocar no papel, criar falsas expectativas e, na prática, a coisa ser diferente. Sei da dificuldade de execução na Secretaria, porém reconheço os esforços de todos. Danilo, eu quero que você leve esta minha fala para a Secretária Aline Torres: precisamos abrir concurso público para contratar mais técnicos. Só assim a gente vai conseguir avançar. Eu também já sinalizei a respeito do POT, do Programa Operação Trabalho. Será que funciona? A gente coloca lá, no POT, pessoas que não têm conhecimento técnico e não vai avançar do mesmo jeito. Então, a gente precisa trabalhar com a possibilidade real de contratação, de abrir um concurso público para a Secretaria Municipal de Cultura.

Então, eu quero reforçar o meu comprometimento, o meu compromisso dentro da realidade, porque, apesar da pouca experiência, eu não gosto de trabalhar com falsas expectativas.

Presidente, novamente, parabéns pela condução dos trabalhos; Elaine, guerreira; Danilo, pela apresentação e a todos vocês, que conhecem efetivamente e sentem as dores do nosso povo e dos problemas que acontecem diariamente, diuturnamente lá na ponta das nossas periferias.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Pessoal, vou falar uma coisa rápida para vocês, um “causo”. Nós perdemos, esses dias, o Sr. Brasil, Rolando Boldrin. A maior expressão de transmissão da cultura dos Estados deste país, da história deste país. E ele contou, uma vez, que ele foi ao médico e ele sentiu uma dor na altura do fígado. E no Interior tinha aquela coisa, e eu vim da roça, de levar uma galinha para pagar a consulta, e eles começaram a conversar um pouco e o médico perguntou se ele bebia. Ele falou: “Não. De vez em quando, alguma coisinha. Socialmente”. E foram conversando. E o médico: “Então, eu vou lhe dar uns exames e você volta aqui”. Demorou um pouco, na roça, o problema. Um dia ele foi no orelhão da cidade e tal, e



achou caro, e ligou e o médico: “Mas você não volta?” E ele: “Sim, eu estou terminando os exames”. Depois dos exames prontos, ele voltou ao médico. Conversaram mais um pouquinho e o médico pegou os exames e falou: “Olha, aqui não está legal, não. O senhor tem certeza de que o senhor não bebe?” Aí ele falou: “Olha, eu vou abrir o jogo para o senhor agora, doutor eu bebo demais, todos os dias, de maneira inveterada”. E o médico: “Mas por que você não me contou na primeira vez?” E ele falou: “É que a gente não tinha tanta intimidade, doutor”. (Risos)

Então, o que eu quero dizer? Eu quero dizer que nós temos de ir criando essa intimidade política com a Secretaria de Cultura, com o Relator caminhamos bem. A subcomissão foi um espaço extraordinário, porque eu sempre defendi... O que o Relator coloca agora, seu sempre tenho falado - há seis anos, já, na Comissão e presidindo há quatro -, que a execução... Eu até brinco que parece o programa do Sílvio Santos, porque é tanto dinheiro... “Quem quer dinheiro?”. Você vai acertando. Você não coloca no montante, mas você... Eu tenho certeza, convicção com o Relator de que em todas as áreas você consegue dar um aporte. Eu tenho absoluta convicção. Especialmente este ano. Então, a execução orçamentária... Então, aqui, eu quero relatar o papel importante de criar a subcomissão, porque a subcomissão teve esse papel. Então, foi um primeiro passo dado quando se cria a subcomissão dentro da Comissão de Finanças.

Então, eu quero dizer que estar com vocês, mais uma vez, é, para nós, uma oportunidade e não apenas uma obrigação nossa como parlamentares e como membros da Comissão. Eu digo para vocês que eu acho que avançamos cada vez mais e o grande desejo, e aqui tem um detalhe muito importante: vocês não vêm aqui só para pedir um tanto a mais aqui ou acolá. Vocês vêm para discutir políticas de Cultura para a cidade de São Paulo, a descentralização. Quando a gente fala de 1200 alunos na Escola de Dança, vocês entenderam. O Renato foi muito propositivo nisso. Nós queremos mais 1200 lá na ponta, está muito claro isso. Nós queremos palco de circo improvisado em um chão bem batido. Nós queremos pequenos palcos, centenas e centenas, nas periferias da cidade de São Paulo, viu, Danilo. Eu não sei se, um dia for secretário, se eu terei essa capacidade, mas será um desejo se, um dia, eu for.

Eu só quero concluir o seguinte: quando eu sempre falava da história do termo que se usa: o que é um pancadão, e o que é um *funk*, um *hip hop* e um *rap*. Até uma vez falaram: “Pô, Jair, mas você fica falando mal do pancadão. Cuidado, que tem uma conotação”. Por que, o que ocorre? Os pais sofrem duas vezes, como a coisa está hoje. Sofrem por quê? Porque os filhos não foram para o lugar... Uma parte significativa, crianças menores foram para um local que, para os pais não lhes é agradável. E sofrem pela segunda vez porque a polícia chega sentando a borracha. Então, nós precisamos criar mecanismos de alterar. O Poder Público tem de estar lá, as Subprefeituras. Digo ao nobre Relator novamente: um grande desafio. Tem de ter um papel importante. E a Cultura também não pode falar que tem de centralizar, porque têm setores que gostam que deixem jogado todo mundo um tanto de lá. Então, essa coisa da descentralização é o fator principal do Orçamento. Esse conselho, eu até acredito que ele tem de ser de 48, porque, daí, esse pessoal do conselho também tem de ir até lá ajudar, fazer, criar essas tarefas, acompanhar, fiscalizar. Então, são coisas simples. Eu não sou nenhum técnico na área, não sou artista, mas eu acho que essa visão geral da descentralização e as coisas acontecendo todos os dias e todas as horas, de maneira – aí, sim – saudável... Eu estou falando sob o ponto de vista de um pai e de uma mãe. Então, eu acho que esse é o grande desafio.

Pode falar, rapidamente.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Mas é isso o que eu estou dizendo. Vocês, na época, sugeriram que nós criássemos a subcomissão dentro da Comissão.

- Manifestação fora do microfone. Inaudível.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Positivo.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Okay. Elaine.

**A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO** – Obrigada, Presidente. É só um recado mesmo, para avisar da nossa última audiência pública externa da Cultura, neste ano. Então, a nossa última audiência vai acontecer no dia 1º, quinta-feira, às 19 horas, na Rua Ana

Cintra, 2013, no Centro. Será a primeira audiência pública que a gente fará na região central, e será a oitava e última audiência pública externa do ano. E essa audiência é um diálogo aberto com o Movimento de Teatro de Grupo, Cultura Imigrante, Artistas de Rua, Cultura LGBTQI, Batalhas e *Sound System*. Então, são manifestações culturais que acontecem na região central, por isso essa audiência no Centro. Estão todas e todos convidados.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Nada mais havendo a tratar, obrigado a todas, a todos e a todes e um bom jogo para o nosso Brasil.

Declaro encerrada a audiência pública.

---